



RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2014



Aos Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração do Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativos ao exercício de 2014.

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE
4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO
5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS
6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO
7. POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
8. RECURSOS HUMANOS
9. MARKETING
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO
12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

ATIVIDADE COMERCIAL

- Melhoria expressiva da atividade comercial, tendo a carteira de crédito registado uma expansão de 7,1%;
- Posicionamento do Montepio Crédito como IFIC especialista no apoio à atividade económica dos segmentos de Transportes e Logística. A carteira de crédito a equipamentos, na sua maioria representada por crédito à aquisição de veículos pesados e semirreboques, cresceu 28,2%;
- O Produto Bancário registou um crescimento de 9,3%;
- O Ativo Líquido teve um incremento de 4,3%.

ESTRUTURA E EFICIÊNCIA

- Os encargos de estrutura apresentaram uma evolução favorável, registando uma redução de 10,9%;
- Fruto do crescimento da atividade, acompanhado da redução de custos, o rácio de *cost-to-income* registou um decréscimo de 15,8 p.p., para 69,3% (85,1% em 2013).

QUALIDADE DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO

- O rácio de crédito com incumprimento reduziu 1,0 p.p., para 10,4% (11,4% em 2013);
- Num contexto económico que continuou a registar debilidades, foram alcançados resultados de recuperação de crédito assinaláveis, tendo-se conseguido um valor de recuperação superior ao da constituição de novas provisões do exercício, pelo que o resultado foi positivo em 740 mil euros.

SOLIDEZ

- Reforço dos capitais próprios em +0,8 p.p. e dos fundos próprios em +26,2 p.p.;
- O rácio de capital total teve uma evolução positiva em +2,2 p.p., atingindo 11,2%;
- O rácio de *common equity tier 1* (igual ao *core tier 1*) evoluiu de 6,0% para 7,1%.

RENDIBILIDADE

- O Resultado Antes de Impostos atingiu os 4,39 milhões de euros (face a 0,3 milhões de euros em 2013);
- A rendibilidade de capitais próprios (ROE) atingiu os 3,6%;
- A rendibilidade do activo (ROA) foi de 0,27%.

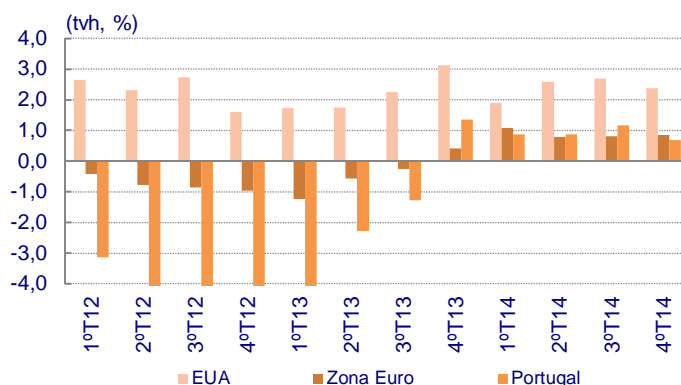
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial deverá ter crescido 3,3% em 2014, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A recuperação da atividade económica tem sido desigual, com os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido a registarem crescimentos robustos, enquanto a Zona Euro e o

Japão evidenciam fracos níveis de expansão e o conjunto dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) regista uma desaceleração económica, com exceção da Índia. O FMI prevê que o crescimento económico se mantenha díspar e, genericamente, anémico, afirmando que a economia global está perante um novo período de fraco crescimento e elevado desemprego. As economias em

desenvolvimento poderão abrandar pelo quinto ano consecutivo. Paralelamente, deverão observar-se fracas pressões inflacionistas a nível global, quer devido ao fraco crescimento, quer devido à descida do preço do petróleo. A política monetária deverá continuar a ser conduzida de uma forma assimétrica pois se, por um lado, os preços dos ativos financeiros têm implícitas subidas de taxas de juro nos EUA, por outro lado, os bancos centrais do Japão e da Zona Euro têm em curso programas de *quantitative easing*, causando uma baixa generalizada das taxas de juro, e pressionando assim a margem financeira dos bancos.

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Thomson Reuters.

Zona Euro

Demonstrando a fragilidade da recuperação económica, a economia da Zona Euro terminou o ano de 2014 com um crescimento médio anual do **PIB** de 0,9%, depois de dois anos de contração (-0,4% em 2013), que resultaram em grande medida das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros – designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha – na sequência da crise da dívida soberana na região. Note-se que o PIB da Zona Euro terminou o 4º trimestre de 2014 ainda 1,9% abaixo dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, os quais, tendo por base as últimas previsões à data, apenas deverão ser ultrapassados em 2016.

Refletindo o difícil contexto económico, a **taxa de desemprego** permaneceu elevada, terminando o ano de 2014 em 11,3%, ficando apenas 0,6 p.p. abaixo dos níveis máximos históricos desde o início da série (1990), observados em maio de 2013.

A **taxa de inflação** foi diminuindo ao longo do ano, partindo de 0,8%, em dezembro de 2013, para um valor negativo de 0,2%, em dezembro de 2014, o que representou um mínimo desde setembro de 2009 (-0,3%), acentuando essa diminuição em janeiro de 2015 com -0,6%. A inflação continuou, assim, a distanciar-se cada vez mais do objetivo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%.

Estimativas e Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)

	2014						2015				2016			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	1,7	1,6	1,5	1,3	1,9	1,7	1,9	1,9
Consumo Privado	2,1	2,1	2,1	1,0	1,0	0,9	2,4	1,8	1,8	1,6	1,7	1,5	1,6	1,6
Consumo Público	-0,3	-0,7	-0,5	0,7	0,9	0,7	-0,5	-0,3	1,0	0,4	0,2	0,2	0,6	0,9
Investimento (FBCF)	2,5	2,3	2,4	1,0	0,9	0,9	4,0	2,9	1,7	2,0	4,4	3,1	4,1	4,4
Exportações	3,4	3,4	3,8	3,7	3,6	3,6	4,3	5,0	4,1	4,3	5,8	5,4	5,1	5,1
Importações	6,4	6,2	5,9	3,8	3,6	3,6	3,9	4,9	4,3	4,5	5,5	4,8	5,5	5,7
Inflação	-0,2	-0,2	-0,2	0,4	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0	-0,1	1,1	1,1	1,5	1,3
Taxa de Desemprego	13,9	-	14,2	11,6	11,6	11,6	-	13,4	11,1	11,1	-	12,6	10,5	10,6

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 25 de março de 2015; Comissão Europeia (CE), 5 de fevereiro de 2015 e Banco Central Europeu (BCE), 5 de março de 2015.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2013; a inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

Portugal

A economia portuguesa continuou a crescer anemicamente, prosseguindo a ligeira recuperação iniciada no 2º trimestre de 2013, após um período de contração que começou no último trimestre de 2010. Em 2014, registou-se um crescimento médio anual do PIB positivo de 0,9%, que, embora ténue, compara favoravelmente com a contração de 1,6% em 2013. Para 2015, perspetiva-se uma aceleração da atividade económica, com um crescimento previsto para o PIB de 1,7%. A retoma económica tem sido sustentada pelas exportações que terminaram 2014, 21,7% acima dos níveis pré-programa de ajustamento económico (2010), apesar de uma expansão mais modesta do que em 2013 (+3,4%, face a +6,4% em 2013). A procura externa foi, assim, a maior responsável pela recuperação do PIB em 2014, apresentando um contributo positivo de 2,1 p.p..

Entre as componentes da procura interna, o investimento em formação bruta de capital fixo (FBCF) regressou aos crescimentos (+2,5%) em 2014, depois de ter vindo sucessivamente a contrair desde 2009. Refira-se que no 2º trimestre de 2013, a FBCF tinha-se situado em níveis mínimos desde o 2º trimestre de 1989, e, como proporção do PIB, no menor valor da série iniciada em 1978. O consumo privado também cresceu (+2,1%) em 2014, após três anos de quedas (-1,5% em 2013).

O setor da **construção** continuou bastante pressionado, com o VAB a contrair 3,5% em 2014, não obstante o crescimento no 2º trimestre de 2014, continuando a destacar-se largamente pela negativa entre os principais setores de atividade, tendo terminado o ano num nível 47,7% abaixo do observado em 2007, antes da entrada do setor em recessão. Do mesmo modo, os **preços das casas** permanecem historicamente baixos, embora a queda dos preços em Portugal não tenha sido tão elevada quanto em outros países europeus. Os preços da habitação até voltaram a subir em 2014 – 4,3%, segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE –, todavia, trata-se de uma recuperação ténue face aos mínimos da atual série do INE (iniciada em 2010) – que foram registados no 2º trimestre de 2013.

O ano de 2014 ficou marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado em maio de 2011 com a *troika*. Não obstante, o regresso da economia portuguesa ao financiamento de mercado procedeu-se de forma gradual. Em abril de 2014, ainda sob a vigência do PAEF, o país realizou, com sucesso, o primeiro leilão de dívida de longo-prazo (a 10 anos) não sindicalizada (sem o apoio de um sindicato bancário de tomadores da dívida). O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2014, tendo sido alcançados excedentes primários, num contexto de manutenção das receitas e de diminuição da despesa, com o INE a revelar que o défice orçamental em 2014 desceu para 4,5% do PIB, abaixo da meta dos 4,8% e representando uma melhoria face a 2013 (-4,8% do PIB). O processo de ajustamento económico e financeiro em curso no país tem-se feito sentir especialmente no **mercado laboral**. Em particular, a **taxa de desemprego** terminou 2014 em 13,5%, abaixo dos 16,2% observados em 2013, mas tratando-se ainda de um valor historicamente alto e que beneficia em parte do aumento da emigração nos últimos anos (em termos médios anuais, a taxa de desemprego foi de 13,9%). Acresce que o desemprego entre os jovens continua em níveis muito elevados, com a taxa de desemprego jovem a ficar em 33,8% em dezembro de 2014, um valor ainda historicamente muito elevado e que penaliza fortemente o crescimento potencial da economia e a estabilidade social.

A **inflação**, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de -0,3% em 2014 (+0,3% em 2013), depois de no ano anterior já ter registado uma forte desaceleração (+2,8% em 2012). Excetuando o ano de 2009 (-0,8%), tratou-se da primeira situação de inflação negativa desde a registada em 1954 (-1,9%).

Mercados Financeiros

O ano de 2014 em Portugal ficou marcado pelo colapso do Grupo Espírito Santo (GES) e pela aplicação da primeira medida de Resolução ao Banco Espírito Santo (BES) em agosto. O Banco de Portugal (BdP) decidiu separar a instituição em duas entidades distintas. De um lado foi criado o Novo Banco, que reúne os ativos considerados “não tóxicos” e, do lado do passivo, os depósitos dos clientes. Do outro lado manteve-se o BES em que ficaram os ativos considerados ‘tóxicos’, a dívida subordinada e o capital do BES. Simultaneamente foi efetuado um aumento de capital no Novo Banco de 4,9 mil milhões de euros, através do Fundo de Resolução Bancário. Estes acontecimentos tiveram grandes repercussões nos mercados financeiros em Portugal, com uma desvalorização significativa nas ações e uma forte subida no *spread* da dívida pública portuguesa. Não obstante, até ao final do ano, o *spread* da dívida voltou a baixar, beneficiando das medidas adotadas e anunciadas pelo BCE – nomeadamente do *quantitative easing* (QE), que acabaria por ser anunciado pelo BCE na primeira reunião de 2015.

A nível internacional, o sentimento de mercado foi positivo ao longo de 2014, num contexto de lançamento de novos estímulos por parte do BCE, do Banco do Japão (*BoJ*) e, no final do ano, do Banco Popular da China (*PBoC*).

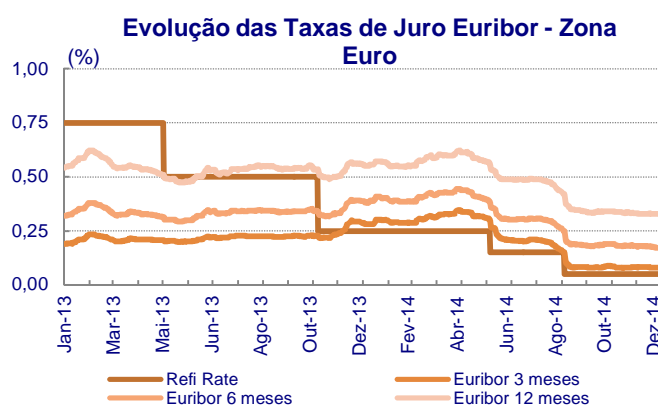
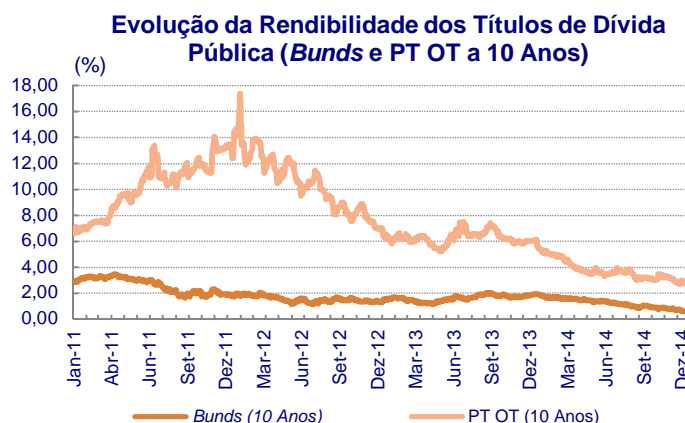
Ao **nível das expectativas das taxas de juro**, a *Fed* terminou em outubro a compra de ativos, depois de 3 rondas de *quantitative easing* (QE). No sentido inverso, com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE adotou durante 2014 várias medidas expansionistas: Por um lado, cortou a taxa de referência até 0,05%, colocando a taxa de depósitos num valor negativo (-0,20%). Por outro lado, implementou medidas não convencionais, primeiro através de *targeted longer-term refinancing operations* – *TLTRO*, tendo posteriormente anunciado novos programas para a compra de *covered bond* (*CPONTOS BASEP3*), essencialmente de dívida hipotecária, e de dívida titularizada (*asset-backed securities* - *ABS*). Já em 2015, o BCE anunciou o programa de QE, com início em março, de compra alargada de títulos de dívida (privada e pública), que durará pelo menos até setembro de 2016 e decorrerá a um ritmo de 60 mil milhões de euros por mês. Este anúncio teve um efeito descendente sobre as taxas de juro de mercado, em virtude das menores expectativas face à postura da política monetária do BCE. Esta baixa generalizada das taxas de juro tenderá a afetar negativamente a margem financeira das instituições bancárias e a rentabilidade dos seus ativos.

Ao **nível da crise do euro**, a pressão dos mercados continuou a diminuir, depois de, em 2013, ter ficado afastado o cenário de saída de países da Zona Euro (que a partir do final de 2014 foi reaberto no que à Grécia diz respeito). Foram também dados passos importantes em 2014 na criação da União Bancária europeia, tendo-se aprovado no Parlamento Europeu o Mecanismo Único de Resolução Bancária. A nível europeu, entraram em vigor a 1 de janeiro os novos requisitos de capital – mais exigentes ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados –, ditados pela Diretiva 2013/36/UE e pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (*Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation* - *CRD IV/CRR*), aprovados a 26 de junho de 2013 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu. Entre os países periféricos, ao nível do ajustamento orçamental, as execuções continuaram difíceis, perante a dureza das metas impostas, mas mantiveram-se relativamente em linha com os objetivos traçados. Portugal e Irlanda saíram de forma bem-sucedida dos seus programas de assistência financeira, não obstante continuarem ainda sob um programa de monitorização (até amortizarem grande parte da dívida).

As *yields* da dívida pública de referência observaram movimentos descendentes, refletidos no comportamento da dívida da Alemanha. O movimento de descida das *yields* na Alemanha em relação ao final de 2013 (-139 pontos base nos 10 anos, para 0,541%, e -31 pontos base nos 2 anos, para um inédito valor negativo de -0,098%) terá estado associado à descida dos juros pelo BCE e a menores perspectivas de

crescimento económico, tendo levado os investidores a privilegiarem esta classe de ativos de menor risco. As *yields* dos *bunds* a 10 anos obtiveram, durante o período, mínimos históricos. As taxas de juro de referência da dívida pública portuguesa tiveram um decréscimo muito significativo desde 2011, quando chegaram a atingir um pico de 17,4%, terminando 2015 em 2,7%, beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE e da execução orçamental desses países. A baixa das taxas de juro penaliza muito significativamente as margens financeiras das instituições bancárias e a rentabilidade prospetiva dos ativos.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI) as taxas *Euribor* registaram mínimos históricos em todos os prazos, largamente potenciadas pelos cortes de taxas do BCE, tendo a *refi rate* descido 20 pontos base em 2014. As taxas *Euribor* nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram em 2014, 21 pontos base, 22 pontos base e 23 pontos base, para respetivamente, 0,078%, 0,171% e 0,325%.



Fonte: Thomson Reuters.

Durante o ano de 2014, o mercado acionista nacional teve um desempenho negativo, refletindo o contexto ainda difícil do país e o fraco desempenho das empresas nacionais, em contraste com os desempenhos dos índices Eurostoxx 50 (Europa) e S&P 500 (EUA). Com efeito, o índice de referência do mercado acionista português registou uma desvalorização de 26,8%, ao passo que o Eurostoxx subiu

3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

(valores em mil euros)

I - Principais indicadores de gestão	2013*	2014	Variação
1 – Crédito e Clientes	323.190	345.974	+7,1%
1.1 - Carteira Crédito Vincenda	281.153	301.800	7,3%
Automóvel	203.638	205.805	1,1%
Equipamentos	60.361	77.380	28,2%
Lar	5.402	5.672	5,0%
Pessoal	4.018	4.312	7,3%
Contas Correntes e Stocks	7.735	8.631	11,6%
1.2 - Carteira Crédito Vencida	33.690	35.109	+4,2%
1.3 - Outros	8.346	9.065	+8,6%
2 - Ativo Líquido	321.720	335.698	+4,3%
3 - Margem Financeira	9.307	10.461	+12,4%
4 - Margem Complementar	2.105	2.012	-4,4%
5 - Produto Bancário	11.411	12.473	+9,3%
6 - Provisões Líquidas de Recuperações	-1.283	740	-157,7%
Provisões Brutas	-4.550	-2.302	-49,4%
Recuperações	3.267	3.042	-6,9%
7 - Encargos de Estrutura	-9.706	-8.650	-10,9%
Pessoal	-6.455	-5.166	-20,0%
Gastos Administrativos e Amortizações	-3.251	-3.484	+8,1%
8 - Resultados Antes de Impostos	294	4.390	+1.393,2%
De Atividade Corrente	5.016	8.567	+70,8%
De Operações de Mercado	-4.721	-4.177	-11,5%
9 - Resultados Líquidos	875	845	-3,4%

(valores em mil euros)

I - Principais indicadores de gestão		2013*	2014	Variação
10 - Capitais Próprios		23.221	23.415	+0,8%
11 - Fundos Próprios		23.393	29.514	+26,2%
12 - Solvabilidade				
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (<i>Capital Total</i>)		9,0%	11,2%	+2,2 p.p.
Rácio Adequação de Fundos Próprios de Base (<i>Common Equity</i>)		6,0%	7,1%	+1,1 p.p.
Rácio <i>Core Tier 1</i>		6,0%	7,1%	+1,1 p.p.
13 - Qualidade do Crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total		11,4%	10,4%	-1,0 p.p.
Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido		0,8%	0,8%	0,0 p.p.
Crédito em risco / Crédito total		14,5%	11,2%	-3,3 p.p.
Crédito em risco líquido / Crédito total líquido		4,3%	1,6%	-2,7 p.p.
14 - Rendibilidade				
Produto bancário / Ativo líquido médio		3,7%	3,9%	+0,2 p.p.
Resultados Antes de impostos / Ativo líquido médio		0,1%	1,4%	+1,3 p.p.
Resultados Antes de Impostos / Capitais próprios médios		1,8%	19,5%	+17,7 p.p.
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROE)		3,8%	3,6%	-0,2 p.p.
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROA)		0,28%	0,27%	-0,01 p.p.
15 - N° de trabalhadores		133	130	-2,26%
16 - Eficiência				
Custos de funcionamento + Amortizações / Produto bancário		85,1%	69,3%	-15,8 p.p.
Custos com pessoal / Produto bancário		56,6%	41,4%	-15,2 p.p.

(*) Valores de referência em conformidade com a nota expressa na alínea h) do ponto 1 do anexo às contas, para efeitos de comparação de contas de gestão.

II - Indicadores de Produção		2013	2014	Variação
Produção		115.022	120.495	+4,8%
Automóvel		66.130	77.945	+17,9%
Equipamentos		42.033	37.039	-11,9%
Lar		4.492	4.825	+7,4%
Pessoal		2.367	686	-71,0%

III - Indicadores de Gestão de Risco de Crédito	2013	2014	Variação
Índices de riscos (média dos últimos 12 meses)			
3 Meses	0,31%	0,13%	-0,18 p.p.
6 Meses	0,89%	0,27%	-0,62 p.p.
12 Meses	0,99%	0,75%	-0,24 p.p.
18 Meses	2,21%	1,21%	-1,00 p.p.
24 Meses	2,61%	1,56%	-1,05 p.p.

4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO

Evolução de novos contratos de crédito aos consumidores Em número contratos

TIPO DE CONTRATO DE CRÉDITO	VAL MÉDIOS MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		
	2013	2014	2013	2014	▲ 14/13
CRÉDITO PESSOAL	27.712	29.015	332.538	348.174	4,70%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	277	263	3.324	3.156	-5,05%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	27.435	28.752	329.214	345.018	4,80%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	6.708	8.315	80.501	99.778	23,95%
- Locação Financeira ou ALD: novos	650	987	7.795	11.838	51,87%
- Locação Financeira ou ALD: usados	229	242	2.750	2.908	5,75%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	1.258	1.732	15.097	20.781	37,65%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	4.572	5.354	54.859	64.251	17,12%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DE DESCOBERTO	69.851	66.732	838.216	800.782	-4,47%
TOTAL	104.271	104.061	1.251.255	1.248.734	-0,20%

Evolução de novos contratos de crédito aos consumidores Valores em milhares de euros

TIPO DE CONTRATO DE CRÉDITO	VAL MÉDIOS MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		
	2013	2014	2013	2014	V.HOM.14/13
CRÉDITO PESSOAL	142.297	157.466	1.707.558	1.889.586	10,66%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	2.213	2.096	26.558	25.156	-5,28%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	140.083	155.369	1.681.000	1.864.430	10,91%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	80.870	107.557	970.444	1.290.682	33,00%
- Locação Financeira ou ALD: novos	14.047	22.442	168.559	269.306	59,77%
- Locação Financeira ou ALD: usados	3.956	4.406	47.474	52.866	11,36%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	16.207	22.459	194.489	269.505	38,57%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	46.660	58.250	559.922	699.005	24,84%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DE DESCOBERTO	85.487	78.824	1.025.849	945.893	-7,79%
TOTAL	308.654	343.847	3.703.851	4.126.161	11,40%

Fonte: BdP

Segundo os indicadores revelados pelo BdP, o montante de crédito concedido em 2014, ao abrigo do regime do crédito ao consumo, conforme o enquadramento dado pelo Decreto-Lei n.º 133/2009, totalizou cerca de 4.126 milhões de euros, representando um acréscimo de 11,4% em termos homólogos.

No entanto, o crescimento em valor não se traduziu no aumento do número de contratos efetuados. Este indicador expressou uma ligeira redução de 0,2%, quando comparado com o ocorrido no ano de 2013. O principal fator para este comportamento do consumo resulta da diminuição do crédito de *revolving* (cartões

de crédito, linhas de crédito, contas correntes bancárias e facilidade de descoberto), em cerca de 4,5% e cujo número de novos contratos representa cerca de 64% do volume total.

De salientar que, quer o crédito pessoal (com mais 10,7%, em valor, e 4,7% em número de contratos), quer o crédito automóvel (com mais 33,0% em valor, e 24,0% em número de contratos) comportaram-se em linha com a recuperação do consumo privado registada em 2014.

É, igualmente, de salientar que os valores médios de crédito concedido aumentaram com algum significado no crédito pessoal (5,7%) e no crédito automóvel (7,3%), enquanto se verificou uma ligeira redução (3,5%) nas componentes relacionadas com o *revolving*, conforme se pode constatar nos elementos do quadro seguinte.

Evolução Valor médio por contrato de crédito aos consumidores
Valores em milhares de euros

TIPO DE CONTRATO DE CRÉDITO

	2013	2014
CRÉDITO PESSOAL	5,135	5,427
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	8	8
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	5	5
CRÉDITO AUTOMÓVEL	12,055	12,936
- Locação Financeira ou ALD: novos	21,624	22,749
- Locação Financeira ou ALD: usados	17,263	18,180
- Com reserva de propriedade e outros: novos	12,883	12,969
- Com reserva de propriedade e outros: usados	10,207	10,879
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DE DESCOBERTO	1,224	1,181
TOTAL	2,960	3,304

Fonte: BdP

A tendência de crescimento verificada no crédito ao consumo foi fortemente impulsionada pelo financiamento automóvel, muito particularmente o que se destinou à aquisição de viatura novas, corroborado com a evolução do mercado de venda de viaturas.

VENDA DE LIGEIOS E PESADOS - NOVOS

TIPO VIATURA	2013	2014	▲ HOM.
Ligeiros de passageiros	105.921	142.827	34,80%
Comerciais Ligeiros	18.202	26.199	43,90%
TOTAL LIGEIOS	124.123	169.026	36,20%
TOTAL PESADOS	2.566	3.364	31,10%
Pesados Mercadorias	2.392	3.126	30,70%
Pesados Passageiros	174	238	36,80%
TOTAL MERCADO	126.689	172.390	36,10%

Fonte: ACAP

Segundo os dados da Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), o mercado automóvel de viaturas novas, ultrapassou em 2014 as 172 mil unidades, o que representou o expressivo crescimento de 36,1%.

Destaca-se o crescimento ocorrido na venda de viaturas ligeiras de passageiros que, em número, se aproximou das 143 mil viaturas, denotando evidentes sinais de vitalidade num mercado que vendeu mais 37 mil viaturas do que no ano anterior.

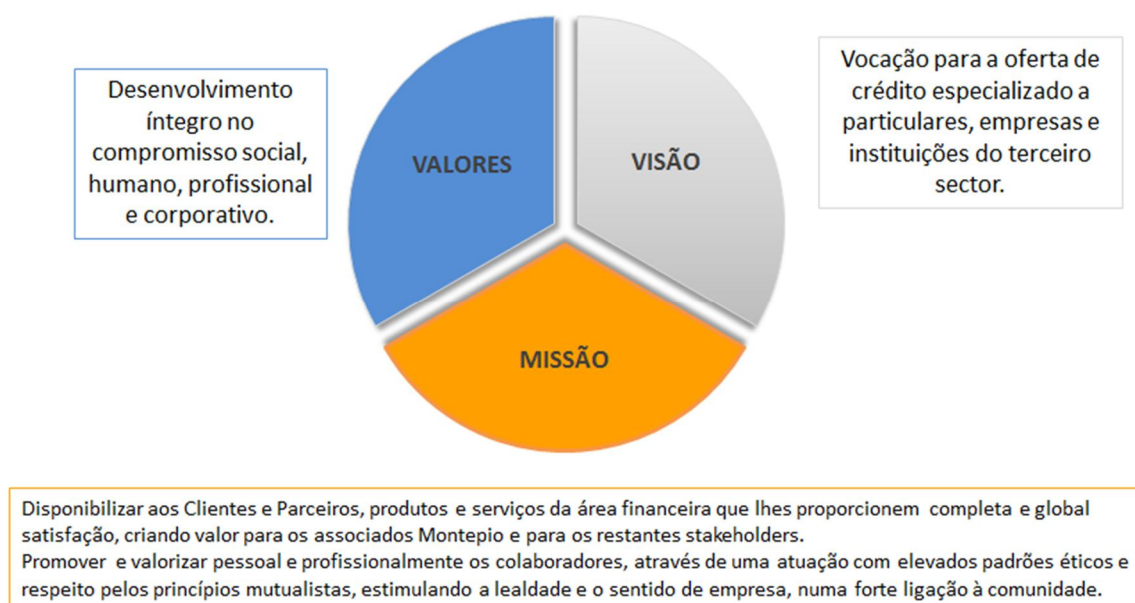
Evolução idêntica se manifestou no mercado de viaturas comerciais ligeiras que ultrapassou as 26 mil unidades vendidas e expressou uma variação de 43,9% face a 2013.

Será, igualmente, de salientar o crescimento de 31,1% registado na venda de viaturas pesadas que se situou, em 2014, nas 3 364 unidades.

Verificou-se que, em 2014, o mercado automóvel em Portugal cresceu acima da média europeia. Segundo dados da Associação Europeia de Construtores de Automóveis (ACEA) foram vendidos, durante esse ano, na europa cerca de 12,7 milhões de viaturas, o que representou um crescimento de 5,7%, face ao ano de 2013. Trata-se do primeiro ano com crescimento nas vendas após a eclosão da crise financeira internacional de 2008.

As razões que originaram este recrudescimento do mercado terão resultado, essencialmente, do envelhecimento do parque automóvel, bem como com a recuperação da confiança dos consumidores e dos empresários.

5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS



O Montepio Crédito integra o Grupo Montepio e desenvolve a sua atividade para acrescentar valor ao Grupo, nomeadamente:

- a) Na vertente de Segmentos de Mercado que se situem para além da Rede de Distribuição de Produtos de Crédito efetuada na forma Tradicional Direta

Estabelecer e aprofundar acordos protocolados com diversos parceiros que desenvolvem atividade no comércio ou na prestação de serviços, designados por Pontos de Venda (sejam Clientes ou Não Clientes do Grupo Montepio) para, dessa forma, apresentar as soluções de financiamento especializado aos Clientes Finais (Particulares ou Empresas).

- b) Na complementaridade da Carteira de Oferta de Produtos e Serviços do Grupo Montepio

O Montepio Crédito acrescenta conhecimento ao Grupo no domínio do financiamento automóvel, nas diversas vertentes que o negócio implica (financiamento ao consumidor final e financiamento às empresas que estão na fileira do comércio automóvel, nomeadamente soluções de Crédito *Stock*, *Cash Advance* e Financiamento de Operações de *Rent-a-Car*). Também no domínio do Aluguer de Longa Duração, Aluguer Operacional de Viaturas e Aluguer Operacional de Equipamentos, o Montepio Crédito acrescenta valor através de uma carteira de oferta e qualidade de serviço que marca a diferença no mercado.

O Posicionamento do Montepio Crédito no Mercado pauta-se por:

a) Potenciar Sinergias de Grupo

O Grupo Montepio apresenta historicamente uma estrutura sólida e robusta em termos de liquidez, o que favoreceu o desenvolvimento da empresa na sua atividade de Financiamento Especializado.

Desta forma, e considerando de partida o essencial escrutínio de operações ao nível da análise de risco de crédito, o Montepio Crédito, ao aproveitar esse fator, conseguiu conciliar os seus objetivos de negócio e responder, de forma rápida, eficiente e sem constrangimentos financeiros, às necessidades do mercado, possibilitando que esta interligação se construísse de forma consistente e sólida.

b) Afirmar-se como uma Organização Nacional

O Montepio Crédito pertence a um Grupo de capitais 100% portugueses, com todo o centro de decisão em Portugal. Estas características transmitem mais confiança e segurança de continuidade de negócio aos nossos parceiros, considerando o conhecimento que temos do mercado português e o facto de ser este o mercado em que estamos inseridos.

c) Celeridade na Resposta

Os mercados em que o Montepio Crédito desenvolve a sua atividade apresentam-se fortemente concorrenciais no que diz respeito aos níveis de serviço, apesar dos constrangimentos do contexto. Por tal, mantemos elevados padrões de exigência na celeridade da decisão, considerando a tipologia de distribuição dos nossos produtos e serviços através da nossa rede de parceiros.

d) Aconselhamento

O Montepio Crédito não tem vendedores, mas sim «Consultores Comerciais». E levamos esta designação à letra. Um consultor é um profissional que é especializado e está habilitado a dar conselhos. Por tal, asseguramos um acompanhamento correto e a busca de soluções que melhor se poderão adequar às necessidades de cada situação concreta.

O Montepio Crédito tem, como princípios orientadores da sua estratégia, os seguintes pilares:

A – DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE

Apesar de se continuar a desenvolver a atividade no mercado automóvel, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços associados ao seu financiamento continua a ter-se uma perspetiva estratégica na diversificação da atividade creditícia.

O aprofundar da atuação comercial do Montepio Crédito no apoio à economia real, financiando o investimento junto das empresas que procuram expandir a sua capacidade produtiva, e, mais concretamente, aquelas que se dedicam à atividade de exportação ou de substituição de importações.

Desenvolvimento da operação de crédito direto aos clientes finais, que nos permita incrementar os nossos níveis de rendibilidade, mantendo, como prioridade, uma adequada gestão de risco e uma elevada responsabilidade social no contributo para uma melhor literacia financeira e esclarecimento sobre as responsabilidades a contratar.

B – APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM OS PONTOS DE VENDA DE REFERÊNCIA

Aumentar a nossa Quota, enquanto financeira de cada um dos Pontos de Venda automóvel, procurando concentrar a nossa atividade naqueles que são considerados referências no mercado nacional – Aumentar o *Share-of-Wallet*, tendo por objetivo alcançar o lugar de «1ª financeira» de Pontos de Venda estratégicos.

C – OBJETIVOS DE LONGO PRAZO DE DIMENSÃO, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

DIMENSÃO

Alcançar uma quota média de mercado (em volume de produção no mercado de Financeiras a operar em Financiamento Especializado) em linha com as Quotas de Mercado do Grupo Montepio, nomeadamente nos negócios de financiamento automóvel e equipamentos;

EFICIÊNCIA

Procurar sinergias de grupo que possibilitem economias de escala e de experiência que nos levem à obtenção de níveis de *Cost-to-Income* (medido pelos Gastos Administrativos / Produto Bancário) que permitam garantir a competitividade da nossa oferta no mercado;

RENDIBILIDADE

Atingir níveis de Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) que permita ao Montepio Crédito um crescimento sustentado de médio/longo prazo e que acrescente valor ao Grupo Montepio.

D – SUSTENTABILIDADE

Traçar objetivos de produção e de risco que conduzam a níveis adequados de rendibilidade, de modo a garantir o financiamento da estrutura fixa e a sua diluição possibilitando assim a construção de uma carteira de financiamento sólida que permita sustentar a atividade da empresa no longo prazo.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

O Montepio Crédito está sujeito aos diversos riscos inerentes à atividade creditícia sendo que, aqueles que maior impacto relevam são os riscos de crédito e o risco operacional. São estes que têm uma atuação direta da equipa que compõe a área de risco da Instituição, específicos do negócio em que se insere.

Os outros riscos da atividade, tais como os de mercado, de *compliance*, de liquidez, entre outros, são geridos de forma corporativa e integrada no Grupo Montepio.

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efetivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efetuados. Representa a componente de risco com maior relevo na atividade do Montepio Crédito.

Com o objetivo de controlar o risco de crédito, o Montepio Crédito define as suas políticas em função dos seguintes eixos:

- (i) Originação. As operações de crédito, na sua quase totalidade, são angariadas e mediadas pelos fornecedores dos bens e serviços passíveis de serem financiados, designados por pontos de venda (PdV), constituindo estes, naturalmente, fonte adicional de risco. O tipo de clientes que captam, conjugada com a forma de atuar no mercado e o cumprimento das regras legais e protocoladas, fazem diferenciar o risco de cada um dos PdV. Com vista a mitigar este risco, o Montepio Crédito dispõe de um conjunto de políticas de abertura ou reabertura de PdV, bem como, uma gestão e acompanhamento sistemático daqueles que se encontram ativos. A sua qualidade é diferenciada e objetivada a partir de uma notação mensal, aferida em função do incumprimento efetivo e expetável da carteira que já se encontra originada. Esta notação determinará, ou não, a continuidade da relação e influenciará o nível de aceitação das novas propostas de crédito. A relação entre o Montepio Crédito e os PdV é sistematizada por protocolos de colaboração onde se estabelecem as regras de funcionamento, aspetos legais, formalização processual e os direitos e obrigações entre as partes;
- (ii) Clientes. A avaliação de clientes é efetuada no contexto da operação de crédito, tendo em conta as suas características económico-sociais, de rendimento, de responsabilidades já assumidas à data da proposta e de cumprimento histórico das obrigações, bem como a tipologia do bem ou serviço proposto ser financiado. O Montepio Crédito dispõe de um sistema de decisão, consubstanciado num motor de decisão, composto por modelos de *scoring*, por regras de decisão específicas e orientadoras em cada um dos segmentos de crédito e ainda pela informação resultante da consulta “*on-line*” das bases de dados de responsabilidades do Banco de Portugal, entre outras. No contexto atual, o motor de decisão decide automaticamente um conjunto muito restrito de operações de crédito. Por isso, o papel do analista de risco de crédito revela-se muito importante na formação da decisão final, encontrando-se esta devidamente regulamentada, num manual de crédito, elaborado de forma completa e abrangente a todo o

ciclo de concessão e de gestão de crédito. Esse documento inclui, entre outras, as competências e autonomias dos diversos intervenientes e escalões de competência. Por outro lado, atendendo às especificidades creditícias dos clientes particulares e clientes empresas, foram constituídas áreas distintas de análise de risco de crédito especializadas para clientes particulares e para empresas.

O risco de crédito é monitorizado mensalmente através de modelos desenvolvidos internamente que têm por base o tempo de incumprimento decorrido (1 mês ou 3 meses). São constituídas séries específicas de análise tendo em consideração o mês e ano em que tais créditos foram originados. A análise temporal é feita com base em critérios que se aplicam ao longo da vida dos contratos, permitindo, por isso, que se determinem as “*vintages*” que fornecem uma análise precisa e clara dos níveis de incumprimento para cada um dos períodos de originação.

Por outro lado, verifica-se, trimestralmente, a adequação das provisões constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, por confrontação com os modelos de cálculo de imparidade do crédito. Estes modelos de cálculo da imparidade, por questões de consistência do Grupo, estão sob a responsabilidade da Direção de Risco da Caixa Económica Montepio Geral.

Acresce que, mensalmente, a Direção de Risco da CEMG produziu um relatório sobre o risco de crédito, em consonância com o que faz para outras empresas do Grupo.

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas ou erros provenientes dos processos de concessão, gestão e recuperação do crédito. Podem resultar de situações internas, originadas pelos sistemas informáticos, pela deficiente ou insuficiente descrição dos manuais de funções e de procedimentos, por erros de execução humana, ou por quaisquer outras situações externas que originem a ocorrência de acontecimentos ou de práticas não diretamente controláveis.

O Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de reporte de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que os classifica e quantifica. A plataforma de reporte é constituída por interlocutores formados, expressamente nomeados para o efeito, pertencentes a cada núcleo ou equipa. A plataforma de controlo é gerida pela Direção de Risco do Montepio Crédito.

Periodicamente, é emitido um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos ocorridos. Em função da frequência, natureza e do risco potencial dos eventos verificados, procede-se a reuniões de trabalho, com a participação dos diversos interlocutores, com o objetivo de, através da reengenharia dos processos e consequente mitigação de riscos, se melhorarem as normas e/ou procedimentos instituídos.

Mensalmente é feito um reporte à Direção de Risco da Caixa Económica Montepio Geral, para que seja feita a integração da informação do Montepio Crédito, na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (MGIRO) que integra todas as instituições do Grupo, que estejam sujeitas a este tipo de riscos.

O MGIRO é uma ferramenta utilizada pelo Montepio Crédito para:

- Elaboração de mapa anual sobre atividades, riscos e controlos;
- Realização da auto-avaliação e sua validação, que consiste em identificar a exposição potencial ao risco operacional, o seu perfil de risco e priorizar eventuais ações de mitigação em função dos riscos e controlos identificados;
- Utilização de “*Key Risk Indicators (KRI's)*”, com o objetivo de antecipar a ocorrência de perdas e permitir atuações preventivas.

7. POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A Direção de Controlo de Crédito e Contencioso (DCCT) desenvolve as suas funções centrada numa eficácia de cobrança que impeça a degradação da mora e o agravamento de provisões, conjugada com uma política de cobrança centrada no cliente, na busca dos meios adequados à manutenção do contrato firmado, por via do diálogo informativo e formativo, essencial à literacia financeira que busca e compreende a necessidade do cumprimento pontual das obrigações contratuais. Política de informação esta há muito desenvolvida pelo Montepio Crédito junto dos seus clientes, por via de um ambiente de diálogo e informação, conciliando o encontro de soluções adequadas às necessidades de cada situação específica. Desta forma tem sido possível reabilitar e manter muitas das relações jurídicas de crédito.

Os contratos com mora são identificados mensalmente e distribuídos de acordo com critérios pré-definidos, com o objetivo da obtenção de uma maior eficácia de cobrança dos contratos ativos e dos valores que se encontrem ainda em dívida nos contratos já resolvidos. Integram a cobrança de contratos ativos três fases específicas, cada uma das quais com meios de intervenção próprios, adequados ao grau de degradação da mora e à proximidade eminente da concretização de uma resolução por incumprimento. Estas fases são identificadas como um instrumento essencial no âmbito e na gestão dos contratos de cariz financeiro, em que o incumprimento reiterado dos clientes possa ser realinhado para a reabilitação da relação jurídica contratual, sempre que tal seja possível, evitando-se, desta forma, a sua degradação e, consequentemente, a sua extinção.

As primeiras moras são cobradas por via de uma equipa de telecobrança interna, cujos resultados se mantêm ao longo dos anos num nível de excelência e, por isso, impedem a degradação da mora e o agravamento das provisões.

Os contratos que apresentam moras entre três e cinco prestações são submetidos à cobrança telefónica e presencial, desta feita, realizadas por empresas externas com as quais se tem estabelecido contratos de prestação de serviços. O seu trabalho e eficácia são acompanhados, diariamente, por uma equipa específica da DCCT. Não obstante as ações desenvolvidas para a regularização e reabilitação dos contratos em cobrança que se encontrem ativos, caso se conclua pela impossibilidade da sua manutenção, procede-se à resolução por incumprimento e ao apuramento dos valores em dívida. Quando o bem subjacente ao crédito tem valor de mercado propiciam-se, junto do cliente, as condições necessárias à sua recuperação, para que o montante resultante da venda possa ser abatido à dívida existente. As vendas dos bens são feitas através de leilão público, efetuado por empresas especializadas.

De seguida, verificando-se a manutenção de valores em dívida, dá-se início a um processo de cobrança de contratos resolvidos que é mais complexo e composto por três fases de cobrança.

Logo após a resolução, os contratos são integrados numa cobrança, designada por “pré-judicial”, desenvolvida com a colaboração de empresas externas, A gestão destes contratos é acompanhada, numa

base diária, pela equipa da DCCT. O principal objetivo desta fase consiste no contacto do cliente num momento próximo ao da receção da comunicação de resolução contratual, para uma última tentativa de encontro de uma solução de regularização da dívida que evite o recurso à via judicial, evitando-se, dessa forma, a imputação dos correspondentes custos associados. Tem-se verificado que esta fase mantém um bom nível de eficácia, tendo permitido uma redução considerável de contratos a submeter para cobrança coerciva da dívida.

Na impossibilidade de alcançar a liquidação da dívida ou de um acordo de pagamento da dívida, dá-se início à cobrança contenciosa. Os resultados e as necessidades inerentes à cobrança judicial são acompanhados diariamente pela Direção. A gestão desta fase é desenvolvida com base em objetivos de eficácia, por forma a potenciar os resultados que o processo executivo possa gerar, controlando-se, também, os tempos de resposta e de actuação processual, evitando-se, dessa forma, o agravamento da sua morosidade.

Por último, quando o processo se extingue na fase judicial por inexistência de mais bens passíveis de penhora, ou por imposição legal, as dívidas integram uma terceira fase de cobrança, designada por “pós-judicial”. Trata-se da cobrança extrajudicial da dívida, que permanecerá até que ocorra a efetiva concretização, e onde se recorre à colaboração de empresas externas especializadas neste tipo de cobrança.

Os desafios dos próximos anos estarão na manutenção da eficácia elevada na cobrança das dívidas dos contratos que se encontrem ativos, mormente da telecobrança, essencial ao sucesso e controlo do risco do Montepio Crédito. Deverá potenciar-se este desafio através de ações permanentes de formação e pela atualização e adaptação da equipa e dos equipamentos a novas formas e meios de cobrança à distância. Haverá que conciliar as mudanças legais que têm ocorrido nos últimos anos, através do acompanhamento dos novos comportamentos dos devedores e reagindo de modo adequado às suas ações.

Permanece o desafio de uma gestão de cobrança com custos reduzidos atenta a limitação legal imposta às despesas de cobrança dos contratos ativos. Torna-se, igualmente, desafiante a concretização de uma gestão equilibrada entre os clientes que cumprem e os que não cumprem as suas obrigações, não obstante a imposição legal de não fazer refletir os custos efetivos de recuperação nos clientes incumpridores. A concretização deste desafio passa pela manutenção de uma política informativa e formativa que há muito o Montepio Crédito desenvolve, tendo por fim último a obtenção de resultados de excelência.

A constante alteração legislativa relacionada com o processo executivo, especialmente no que se refere a insolvências e recuperação de empresas, por via do qual o legislador vem impedindo que a cobrança normal de dívidas ocorra, tentando, por seu lado, impor ao credor a assunção de danos resultantes do incumprimento do devedor, gera dificuldades acrescidas que se tem vindo a tentar ultrapassar.

- Operação de venda de créditos registados em contas extrapatrimoniais

O Montepio Crédito constituiu, ao longo dos anos de actividade, uma carteira de crédito totalmente provisionada que se encontrava registada em contas extrapatrimoniais. Essa carteira resultou de contratos que entraram em incumprimento e que se encontram, na sua maioria, reclamados judicialmente.

Tendo presente o *momentum* de mercado, com a significativa descida das taxas de juro ocorrida na segunda metade do ano de 2014, sentiu-se apetência para a diversificação de investimentos para ativos dos segmentos de *Non-Performing Loans* (NPL) de financiamento ao consumo.

Analisado o comportamento de pagamento histórico destes contratos, concluiu-se que os mesmos têm valor e que a receita obtida se estende por longos anos. Nesta perspetiva, foi decidido, no início do segundo semestre, efetuar-se a venda deste tipo de contratos. Tendo por objetivo a exposição a um maior potencial de investidores interessados num ativo com estas características, optou-se estrategicamente por fazê-lo através da montagem de uma operação de titularização, permitindo assim alargar o leque de possibilidades a investidores no mercado internacional. Trata-se de uma carteira constituída por dívidas de capital, juros contratuais, de mora, legais e demais despesas que foram imputadas ao longo do tempo da gestão dos contratos. O valor total das dívidas atingiu cerca de 160 milhões de euros, numa proporção de 58,75% de capital e 41,25% de juros e demais despesas.

Os trabalhos de montagem da operação iniciaram-se em Novembro de 2014 e decorreram até ao final de Fevereiro de 2015, com a liquidação financeira da operação a ocorrer no dia 5 de Março de 2015.

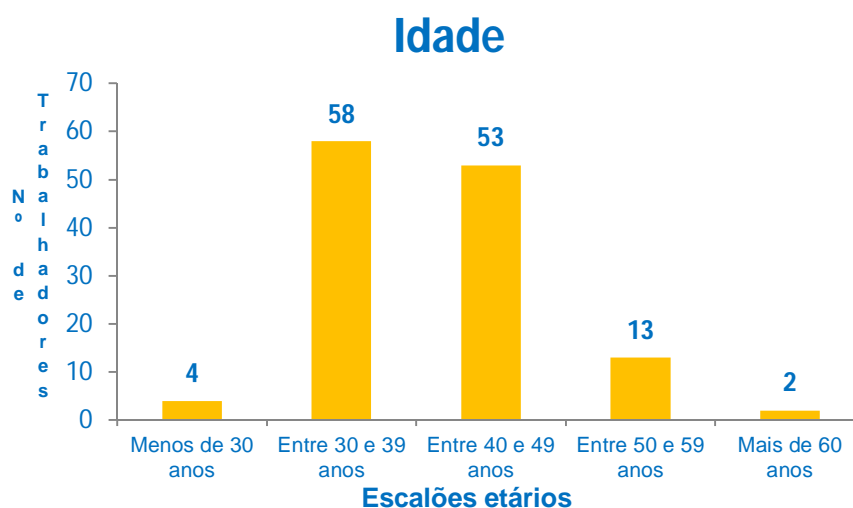
Pode salientar-se o sucesso da operação, quer no que respeita à montagem, quer no que respeita à colocação das unidades emitidas pelo veículo constituído para o efeito, quer ainda, pelo facto da gestão das dívidas vendidas continuar a ser da responsabilidade do Montepio Crédito, dado o reconhecimento da eficácia na recuperação deste tipo de créditos.

Foram emitidos 14,3 Milhões de Euros de títulos, o que corresponde a 8,94% do total das dívidas vendidas e 15,2%, relativamente à proporção da parte de capital que as incorporava.

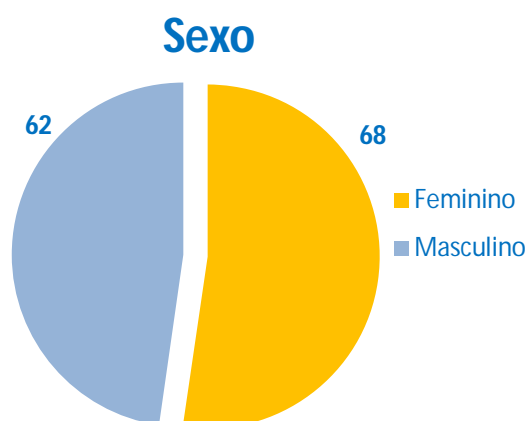
8. RECURSOS HUMANOS

O quadro de trabalhadores era composto no final de 2014 por 130 pessoas. Verificou-se, durante o ano, a redução de 3 trabalhadores, dois por rescisão e um por reforma.

A idade média dos trabalhadores do Montepio Crédito é de 41 anos, constatando-se que 48% se situa nos escalões etários abaixo dos 39 anos e 41% no escalão entre os 40 e os 49 anos.

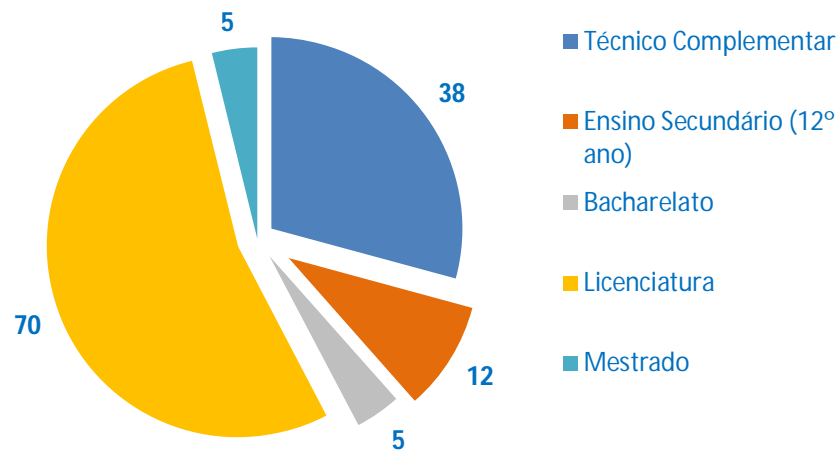


No que respeita ao género, verifica-se que as mulheres predominam com 52% do total dos trabalhadores,



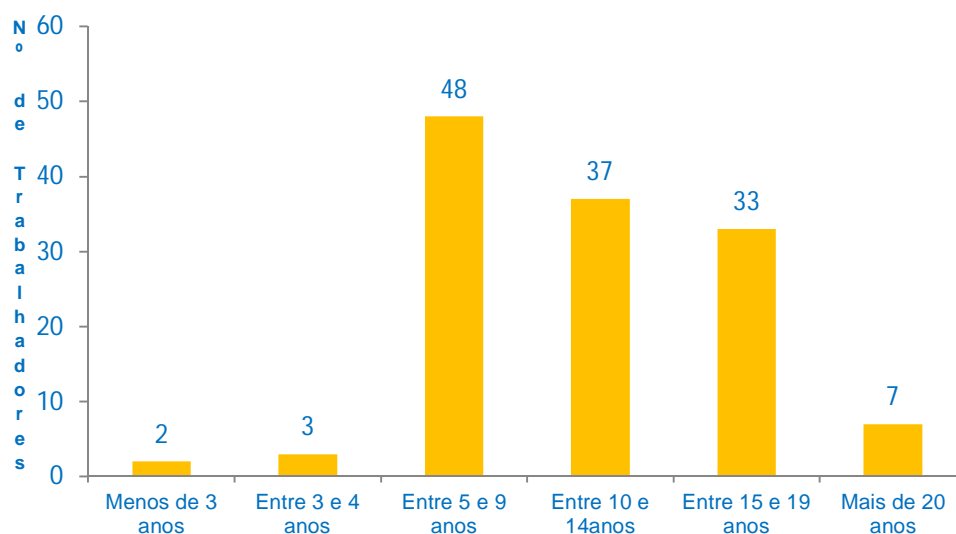
A formação de base dos recursos humanos é elevada, como se pode verificar pelo gráfico. Cerca de 62% dos trabalhadores tem formação superior, destacando-se 70 licenciados e 5 mestres.

Habilitações literárias

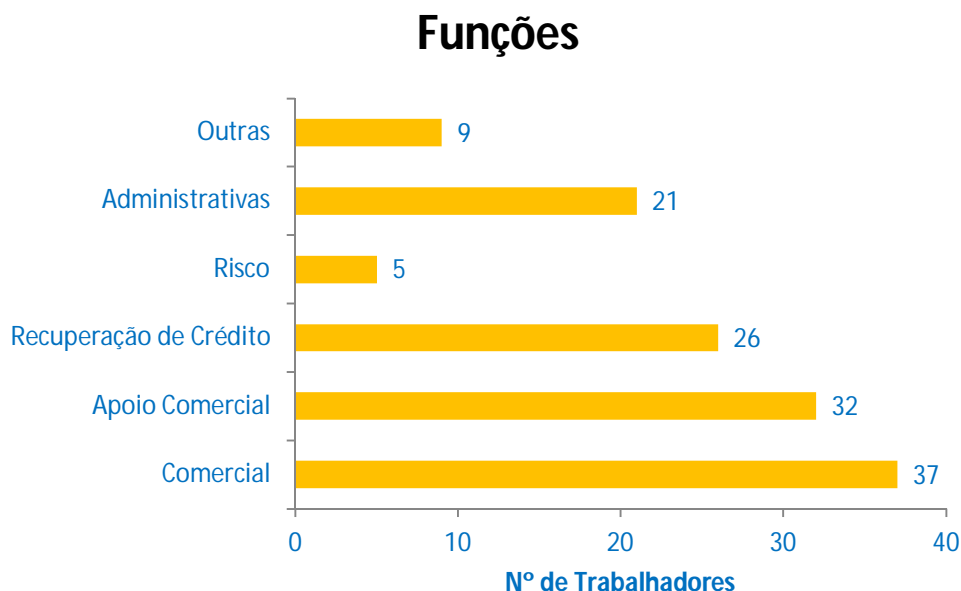


A antiguidade média na empresa é de cerca de 11 anos relevando estabilidade nos recursos humanos e a experiência processual acumulada necessárias ao funcionamento mais eficiente da instituição. Cerca de 37% dos trabalhadores tem uma antiguidade média entre os 5 e os 9 anos, 28%, entre os 10 anos e os 14 anos e 31% 15 anos ou mais.

Antiguidade



No que se refere às funções desempenhadas pode constatar-se que 53% dos trabalhadores tem funções comerciais diretas ou indiretas. Segue-se 20% de trabalhadores na recuperação de crédito e 16% em funções administrativas.



Em 2014 foram realizadas 35 ações de formação externa e 9 de formação interna, num total de 2.850 horas. As ações realizadas envolveram 120 trabalhadores da empresa. Em termos médios, cada trabalhador realizou 3,1 ações de formação. Envolveu 377 formandos. Os custos de formação atingiram os 92,3 mil euros.

9. MARKETING

O Montepio Crédito insere-se no Grupo Montepio e desenvolve a sua atividade para acrescentar valor ao Grupo, nas seguintes vertentes:

a) Distribuição indireta

A distribuição dos produtos do Montepio Crédito faz-se, genericamente, através de canais de distribuição não próprios utilizando parceiros de negócios, denominados por Pontos de Venda.

Por isso, foram estabelecidos e aprofundados acordos comerciais com cerca de 970 Pontos de Venda que desenvolvem a sua atividade nas áreas Automóvel, Consumo ou Equipamentos. São estes parceiros de negócio (que podem, ou não, ser clientes da CEMG) que apresentam as soluções de financiamento especializado do Montepio Crédito, aos seus próprios Clientes. Trata-se de clientes Particulares, Empresários em Nome Individual ou Empresas que, também eles, podem, ou não, ter uma relação estabelecida com a CEMG.

b) Complemento da Oferta de Produtos e Serviços do Grupo Montepio

O Montepio Crédito vem disponibilizando conhecimento ao Grupo, no domínio do financiamento automóvel, nas diversas vertentes do negócio, nomeadamente, no financiamento ao consumidor final ou no financiamento das empresas que desenvolvem o seu negócio nessa área, apresentando soluções específicas, tais como o financiamento de *Stock*, o *Cash Advance* e o Financiamento de Operações de *Rent-a-Car*.

Também no domínio do Aluguer de Longa Duração, Aluguer Operacional de Viaturas e Aluguer Operacional de Equipamentos, o Montepio Crédito tem vindo a acrescentar valor ao Grupo, através de uma carteira de oferta e de qualidade de serviço, que vem constituindo fator diferenciador no mercado.

Durante 2014, a atividade do Montepio Crédito desenvolveu-se em torno de dois eixos:

A – APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES COM OPERADORES DE REFERÊNCIA

Consolidação das parcerias de relevo no mercado de retalho automóvel e conquista de novos Parceiros neste mercado, com a formalização de novos e importantes acordos.

Reforço da captação de operações, enquanto financeira de cada um dos Pontos de Venda automóvel, procurando concentrar a atividade naqueles que são referências no mercado nacional., A perspetiva de aumento do “*Share-of-Wallet*”, tem por objetivo alcançar o lugar de 1ª opção em cada um dos Pontos de Venda considerados estratégicos.

B – DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE

O Montepio Crédito tem vindo a efetuar um reposicionamento no mercado do crédito, alargando a sua atividade para além do crédito ao consumo (em que o “*core business*” é o financiamento automóvel), para áreas de investimento à economia real, nomeadamente os segmentos de Transportes e Logística que se têm revelado particularmente dinâmicos num contexto de desenvolvimento da actividade empresarial exportadora.

Os condicionalismos legais relacionados com o financiamento de particulares nas áreas relacionadas com a saúde originaram que, pela análise de rentabilidade, se concluísse moderar a actividade neste setor.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2014 o Montepio Crédito obteve um resultado líquido positivo de 845.494,94 euros que, nos termos do exposto no art. 294º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe seja aplicado da seguinte forma:

- a) Em reservas legais o montante de 84.549,49 euros, correspondente a 10% dos resultados líquidos;
- b) Na rubrica de resultados transitados o montante de 760.945,45 euros, correspondente a 90% dos resultados líquidos.

11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social do Montepio Crédito é composto por 30 milhões de ações, com o valor nominal de 1 euro, sendo detido integralmente pelo Montepio Holding, SGPS, SA que, por sua vez, é detido, integralmente, pela Caixa Económica Montepio Geral.

As ações emitidas não reservam quaisquer cláusulas especiais em matéria dos direitos dos acionistas, nem quaisquer restrições ou limitação quanto à sua transmissibilidade ou alienação.

O Conselho de Administração reúne mensalmente, ou sempre que o seu Presidente o convoque, por sua iniciativa ou por solicitação de dois administradores.

É da competência do Conselho de Administração a condução das seguintes matérias:

- Definir as políticas gerais da Instituição e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Instituição e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as atividades da Instituição, praticando todos os atos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia-Geral;
- Representar a Instituição em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia-Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas, desde que sejam observadas as disposições legais em vigor para as instituições financeiras de crédito;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou quaisquer outros títulos de dívida;
- Contratar e despedir empregados e outros prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos;

- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivo de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia-Geral que se realize.

Quaisquer alterações de estatutos ou de aumento de capital devem ser objeto de proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, que decidirá em conformidade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os seus Administradores ou os seus Colaboradores que estabeleçam quaisquer indemnizações, para além das previstas na legislação em vigor.

A remuneração dos órgãos sociais do Montepio Crédito respeita o estatuto remuneratório em vigor para as empresas participadas do Grupo Montepio, nos termos do deliberado na Assembleia Geral.

Os órgãos sociais do Montepio Crédito têm a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Moreira Barbosa de Melo
Vice-Presidente	Rui Manuel da Silva Alves
Secretária	Ana Prado de Castro
Secretária	Ana Cristina Marques da Silva Andrade Costa Neves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís
Vogal não executivo	Fernando Paulo Pereira Magalhães
Vogal não executivo	Pedro Miguel Almeida Alves Ribeiro

Administrador-Delegado CEO	Pedro Jorge Gouveia Alves
Administrador-Delegado	Manuel de Pinho Baptista

FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados – SROC, S.A,
representada por Vitor Manuel da Cunha
Ribeirinho, ROC n.º 1.081

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da
Silva Gomes

Durante o ano de 2014 foram colocados à disposição dos órgãos sociais os seguintes montantes, em euros:

Montantes colocados à disposição dos Órgãos Sociais			
Órgão Social	Nome	Montante (euros)	Notas
Assembleia Geral			
Presidente da Mesa	António Moreira Barbosa de Melo	3.000,00	
Conselho de Administração			
Administrador Executivo	Pedro Jorge Gouveia Alves	107.282,31	
Administrador Executivo	Manuel de Pinho Baptista	144.983,55	
Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas - e entidades da mesma rede			
KPMG & Associados – SROC, SA:			
- Revisão Legal das Contas/Auditoria		30.000,00	
- Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade		35.500,00	
- Outros Serviços		17.000,00	
TOTAL		82.500,00	

12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS

No exercício de 2014, mantiveram-se os condicionalismos ao negócio decorrentes do momento particularmente exigente que atravessamos. Não obstante, tem-se verificado um progressivo desagravamento nos segmentos a que a actividade da Instituição se direcciona.

A assinalável dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores que compõem a organização foram fundamentais para a concretização dos objetivos de prossecução das linhas de orientação estratégica. Sublinha-se a grande capacidade de orientação do foco para as oportunidades que o mercado vem apresentando, o que permitiu uma sólida e sustentável diversificação para novos segmentos de negócio. Neste âmbito, cabe uma palavra de especial apreço para com os trabalhadores da Instituição que sempre demonstraram toda a disponibilidade e motivação para abraçar os desafios, correspondendo assim aos desígnios de um Montepio Crédito mais participativo na geração de valor para o Grupo Montepio.

O Conselho de Administração reconhece, de forma especial, a preferência dos nossos Clientes ao elegerem o Montepio Crédito como a Instituição onde encontram as soluções para satisfazerem as suas necessidades de financiamento e serviços que lhe são complementares.

É igualmente devido o merecido reconhecimento a todos os nossos parceiros pela forma como aceitam a nossa marca, privilegiando os nossos produtos e serviços no desenvolvimento da sua atividade, tantas vezes contribuindo com sugestões e com iniciativas que nos permitem melhorar continuamente a nossa oferta.

Também o Conselho de Administração reconhece todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício por todos os membros dos órgãos sociais.

São ainda devidos os agradecimentos às entidades externas, nomeadamente às estruturas das Associações de que o Montepio Crédito é membro e às Autoridades Governamentais, Monetárias e Financeiras pela confiança e acompanhamento isento de toda a atividade da nossa Instituição.

Porto, 26 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Humberto Cruz Barros de Jesus Luís- Presidente

Fernando Paulo Pereira Magalhães – Vogal não executivo

Pedro Miguel Almeida Alves Ribeiro – Vogal não executivo

Pedro Jorge Gouveia Alves – Administrador-Delegado (CEO)

Manuel de Pinho Baptista – Administrador-Delegado

**Montepio Crédito – Instituição
Financeira de Crédito, S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Individuais**

31 de Dezembro de 2014 e 2013



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 453.231 milhares de euros e um total de capital próprio de 23.415 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 845 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 4 de Maio de 2015



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 7 a 94)

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	3	30 270	31 537
Juros e encargos similares	3	20 618	23 829
Margem financeira		9 652	7 708
Rendimentos de serviços e comissões	4	-	6
Encargos com serviços e comissões	4	(822)	(1 531)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	5	881	1 470
Resultados de reavaliação cambial	6	-	(113)
Outros resultados de exploração	7	4 415	7 164
Total de proveitos operacionais		14 126	14 704
Custos com pessoal	8	5 190	6 478
Gastos gerais administrativos	9	4 906	4 477
Amortizações do exercício	10	381	2 448
Total de custos operacionais		10 477	13 403
Imparidade do crédito	11	(1 722)	888
Outras provisões	12	(1)	36
Imparidade de outros activos	13	982	(4)
Resultado operacional		4 390	381
Impostos			
Correntes	22	276	335
Diferidos	22	3 269	(915)
Resultado líquido do exercício		845	961

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2014	2013
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Amortizações do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01)	35	(19)	(171)
Desvios actuariais	35	(718)	(708)
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(737)	(879)
Resultado líquido do exercício		845	961
Total de rendimento integral do exercício		108	82

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Balanço para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

		2014		2013	
	Notas	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	1		1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	39		39	70
Activos financeiros detidos para negociação	16	8		8	23
Activos financeiros disponíveis para venda	17	123 432		123 432	98 532
Crédito a clientes	18	345 974	33 505	312 469	269 584
Activos não correntes detidos para venda	19	101		101	296
Outros activos tangíveis	20	2 251	1 780	471	21 429
Activos intangíveis	21	3 136	2 930	206	399
Activos por impostos diferidos	22	2 311		2 311	5 580
Outros activos	23	15 175	982	14 193	18 086
Total do Activo		492 428	39 197	453 231	414 000
	Notas			2014	2013
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	24			272 859	215 897
Responsabilidades representadas por títulos	25			-	40 924
Passivos financeiros associados a activos transferidos	26			117 532	92 322
Passivos financeiros detidos para negociação	16			6 129	10 859
Passivos não correntes detidos para venda	19			77	-
Provisões	27			3 817	4 393
Outros passivos subordinados	28			13 297	10 536
Outros passivos	29			16 105	15 762
Total do Passivo				429 816	390 693
<i>Capital Próprio</i>					
Capital	30			30 000	30 000
Prémios de emissão	32			1 498	1 498
Outras reservas e resultados transitados	31 e 32			(8 928)	(9 152)
Resultado líquido do exercício				845	961
Total do Capital Próprio				23 415	23 307
				453 231	414 000

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	23 225	30 000	1 498	1 292	147	580	(15 131)	4 839
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01) (nota 35)	(171)	-	-	-	-	-	(171)	-
Desvios actuariais no exercício (nota 35)	(708)	-	-	-	-	-	(708)	-
Resultado do exercício	961	-	-	-	-	-	-	961
Aplicação de resultados	-	-	-	484	-	-	4 355	(4 839)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	23 307	30 000	1 498	1 776	147	580	(11 655)	961
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01) (nota 35)	(19)	-	-	-	-	-	(19)	-
Desvios actuariais no exercício (nota 35)	(718)	-	-	-	-	-	(718)	-
Resultado do exercício	845	-	-	-	-	-	-	845
Aplicação de resultados	-	-	-	96	-	-	865	(961)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	23 415	30 000	1 498	1 872	147	580	(11 527)	845

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2014	2013
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros e comissões recebidos	31 456	27 323
Juros e comissões pagos	22 400	25 967
Despesas com pessoal	5 439	6 190
Outros pagamentos por gastos administrativos	4 471	1 178
Outros pagamentos por custos de exploração	2 822	955
Recuperação de crédito e juros vencidos	3 042	3 267
Outros recebimentos	7 394	9 049
Pagamento de impostos	276	162
	6 484	5 187
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	16	-
Activos financeiros disponíveis para venda	310	-
Activos não correntes detidos para venda	273	(264)
Crédito sobre clientes	(8 570)	(6 548)
	(7 971)	(6 812)
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para outras instituições de crédito	57 005	119 504
Recursos de clientes ou outros empréstimos	(40 000)	(100 000)
	17 005	19 504
	15 518	17 879
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Aquisições de activos intangíveis	(55)	(10)
Aquisições de outros activos tangíveis	(15 615)	(19 043)
Alienação de imobilizações	121	1 088
	(15 549)	(17 965)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(31)	(86)
Caixa e equivalentes no início do exercício	71	157
Caixa (nota 14)	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 15)	39	70
Caixa e equivalentes no fim do exercício	40	71

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2014

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante designada por “Montepio Crédito” ou “Sociedade”) foi constituída em 1 de Junho de 1992 com a denominação social de Finindústria Comercial – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.. Em 29 de Junho de 1993 alterou a sua denominação social para Finicrédito – S.F.A.C., S.A. e, em 11 de Dezembro de 2003, para Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em 7 de Dezembro de 2005, incorporou por fusão a Leasecar – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A. com efeitos contabilísticos reportados a 1 de Janeiro de 2005.

Em 2007, foi constituída a sucursal da Roménia, com designação “Finicrédito IFIC SA Portugalia Sucursala Romania”, que iniciou a actividade comercial em Fevereiro de 2008.

Em 22 de Janeiro de 2013 alterou a sua denominação social para Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Sociedade é detida de forma directa pelo Montepio-Holding, S.G.P.S., S.A. e, indirecta pela Caixa Económica Montepio Geral, consolidando com esta última pelo método integral. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo são detalhados na nota 36, em conjunto com as divulgações relativas às partes relacionadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Crédito são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia (UE), com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCAs'). As NCAs incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Crédito em 26 de Março de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Crédito para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCAs emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Crédito adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, conforme referido na nota 39.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades da CEMG e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCAs requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 v).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Crédito para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Crédito expiram; ou (ii) o Montepio Crédito transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas individuais as NCAs pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Crédito nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Montepio Crédito tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Tendo em consideração as características de cada tipologia de contratos em vigor no Montepio Crédito e atentos ao teor da Carta Circular 15/09/DSBDR, de 2009/01/28, do Banco de Portugal, foi definida internamente a política de registo de perdas contratuais.

Verifica-se que, para os créditos de pequeno montante, destinados essencialmente às famílias, o cumprimento do plano financeiro se caracteriza por fluxos contínuos. No caso de incumprimento, a continuidade desses fluxos é interrompida, verificando-se ao longo do estado de incumprimento pagamentos pontuais que vão fazendo diminuir a dívida. Quando se verifica longos períodos de tempo sem que tenha havido qualquer pagamento da dívida, constata-se que a probabilidade de cobrança, apesar de existir, é diminuta. Foi feito um estudo sobre a cobrabilidade de contratos com as características abaixo e concluiu-se que, ao longo de 3 anos, se tinha recuperado apenas 17%.

Nestes termos, definiu-se a seguinte política de desreconhecimento dos créditos e provisões (writte-off):

- Contratos de crédito lar – Mora superior ou igual a 18 meses, sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses;
- Contratos de crédito automóvel – Mora superior ou igual a 18 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)
- Contratos de ALD e de leasing - Mora superior ou igual a 24 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)

(*) Um contrato cuja viatura foi recuperada e vendida é considerado sem garantia. Da mesma forma, um contrato cuja viatura esteja há mais de 6 meses para ser recuperada, considera-se sem garantia.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de Imparidade, acima referida.

Tendo em consideração as alterações legislativas que se afiguram relativamente ao tratamento específico de imparidade, decidiu o Montepio Crédito no ano de 2014, não efetuar a reclassificação de contratos para a situação de write-off.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Montepio Crédito adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Montepio Crédito associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Montepio Crédito, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor e são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Montepio Crédito não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Montepio Crédito apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Montepio Crédito designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Montepio Crédito. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do exercício de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Montepio Crédito executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou

- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

Em 2014 e 2013, o Montepio Crédito não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

f) Desreconhecimento

O Montepio Crédito desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Montepio Crédito não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os *Special Purpose Entity* ('SPE') estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Montepio Crédito, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Montepio Crédito obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Montepio Crédito tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Montepio Crédito tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Montepio Crédito retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

O Montepio Crédito procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Crédito também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Crédito classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os bens móveis detidos por recuperação de crédito ou pelo não exercício da opção de compra, que se encontram valorizados ao justo valor.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Montepio Crédito.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

h) Locação operacional e financeira

O Montepio Crédito classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da forma legal que o contrato possa assumir, cumprindo “*lato sensu*” os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Quando os valores finais dos contratos são assumidos “*ab initio*” por entidades terceiras, que não o locatário, o Montepio Crédito classifica contabilisticamente, essas operações de locação como financeiras. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Na ótica de locatário

Os pagamentos efectuados pelo Montepio Crédito à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Na ótica de locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística descrita na nota 10).

O Montepio Crédito procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Na ótica de locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, como activo e como passivo, pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros imputados ao exercício durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

- Na ótica do locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço, em rubrica de capital em locação, pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Montepio Crédito procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

j) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no exercício a que respeitam; ou
 - quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

k) Resultados de operações financeiras (Resultados em activos financeiros disponíveis para venda, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

l) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Montepio Crédito. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que ocorrem.

m) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Crédito. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Equipamento:	
- Transporte	4
- Mobiliário e material	8 a 10
- Equipamento informático	3 a 5
- Imóveis de serviço próprio	50
- Outros activos tangíveis	5 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

n) Activos intangíveis

Software

O Montepio Crédito regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 a 10 anos. O Montepio Crédito não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

p) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Montepio Crédito tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

q) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

r) Benefícios dos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descrito na nota 35, o Montepio Crédito constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Montepio Crédito correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Montepio Crédito com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Montepio Crédito multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Montepio Crédito reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Montepio Crédito efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Montepio Crédito avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Montepio Crédito a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Montepio Crédito, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Montepio Crédito com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Montepio Crédito assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Montepio Crédito, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Montepio Crédito de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Montepio Crédito com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Montepio Crédito com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada exercício, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios de empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

s) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, o Montepio Crédito encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, o Montepio Crédito passa a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente

reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção dos activos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Crédito procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

t) Relato por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento de negócio é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, o Montepio Crédito está dispensada de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

u) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Crédito tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

v) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos à rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos do exercício, aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

w) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Crédito são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Montepio Crédito e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Crédito poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Crédito e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Montepio Crédito determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Montepio Crédito avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Perdas por imparidade em crédito a clientes

O Montepio Crédito efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Montepio Crédito patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

A única operação efectuada pelo Montepio Crédito, *Pelican Finance No. 1*, não deu lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Montepio Crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Montepio Crédito durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de

Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, conforme apresentado nas notas 3 e 5. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura.

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Margem financeira	9 652	7 708
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	881	1 470
	<u>10 533</u>	<u>9 178</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares		
Crédito interno:		
Locação financeira mobiliária	7 467	3 672
Aluguer de longa duração	260	317
Crédito ao consumo	12 446	13 888
Crédito em conta corrente	280	347
Crédito vencido	1 980	2 576
Outros créditos	-	1 288
Crédito externo:		
Locação financeira mobiliária	-	1
Crédito ao consumo	-	5
Juros de activos financeiros detidos para negociação	443	423
Comissões de vendas a crédito		
Crédito interno	1 413	1 113
Crédito externo	-	3
Juros de operações de titularização	5 981	7 904
	30 270	31 537
Juros e encargos similares:		
Recursos de outras instituições de crédito	5 900	3 001
Juros de dívida emitida	667	4 873
Juros de activos financeiros detidos para negociação	5 979	5 973
Juros de crédito	2 222	2 078
Juros de operações de titularização	5 850	7 904
	20 618	23 829
Margem Financeira	9 652	7 708

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões		
Outros rendimentos de serviços e comissões	-	6
	-	6
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados	(117)	(251)
Comissões de empresas de cobranças	(515)	(865)
Comissões de <i>rappel</i>	(190)	(386)
Outros encargos com serviços e comissões	-	(29)
	(822)	(1 531)
Resultados líquidos de serviços e comissões	(822)	(1 525)

5 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2014			2013		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxa de juro	4 728	1 085	3 643	5 509	1 477	4 032
	4 728	1 085	3 643	5 509	1 477	4 032
Passivos financeiros						
Outros passivos subordinados	-	2 762	(2 762)	-	2 562	(2 562)
	-	2 762	(2 762)	-	2 562	(2 562)
	4 728	3 847	881	5 509	4 039	1 470

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Montepio Crédito, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um day one profit.

O Montepio Crédito reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (day one profit), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Montepio Crédito ao mercado financeiro grossista (wholesale market).

6 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2014			2013		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	-	-	-	-	113	(113)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q).

7 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Outros proveitos de exploração		
Rendas de locação operacional	-	2 528
Activos não financeiros	439	380
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Despesas de cobrança	1 440	2 514
Comissão de processamento de prestação	789	816
Serviços locação operacional	1 695	701
Despesas com recuperação de viaturas	73	137
Outras despesas	850	683
Despesas administrativas		
Emissão de documentação	55	45
Alterações financeiras	145	162
Outras despesas	112	105
Comissões de seguros	560	574
Outros	1 236	413
	<u>7 394</u>	<u>9 058</u>
Outros custos de exploração		
Impostos	219	165
Quotizações e donativos	14	14
Activos não financeiros	766	811
Serviços de locação operacional	1 779	739
Outros	201	165
	<u>2 979</u>	<u>1 894</u>
Outros resultados de exploração	<u><u>4 415</u></u>	<u><u>7 164</u></u>

8 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	4 096	4 833
Encargos Sociais obrigatórios	1 190	1 188
Encargos com Fundo de pensões	154	251
Outros custos com o pessoal	(250)	206
	5 190	6 478

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2014, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	252	727	979
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	46	52
	258	773	1 031

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2013, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	426	553	979
Custos com pensões de reforma e SAMS	16	54	70
Remunerações variáveis	29	9	38
	471	616	1 087

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha do Montepio Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número médio de colaboradores nos quadros do Montepio Crédito, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Direcção e coordenação	13	10
Chefia e gerência	15	20
Técnicos	33	35
Administrativos	43	40
Comerciais	28	30
	<u>132</u>	<u>135</u>

9 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Água, energia e combustíveis	131	140
Material de consumo corrente	28	35
Outros fornecimentos de terceiros	18	18
	<u>177</u>	<u>193</u>
Rendas e alugueres	311	397
Comunicações	228	232
Deslocações, estadas e representação	138	95
Publicidade e edição de publicações	662	761
Custos com trabalho independente	1 503	1 332
Conservação e reparação	24	25
Formação	92	50
Seguros	77	71
Judiciais, contencioso e notariado	241	171
Serviços especializados	779	758
Serviços de recuperação e venda de viaturas	54	117
Outros serviços de terceiros	620	275
	<u>4 729</u>	<u>4 284</u>
	<u>4 906</u>	<u>4 477</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o custo do ano com arrendamento da sede do Montepio Crédito no Porto e com a unidade de desenvolvimento de negócio na rua Castilho em Lisboa no valor de Euros

213.000 (2013: Euros 207.000) e a locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de Euros 96.000 (2013: Euros 183.000).

A duração dos contratos de locação é a seguinte:

- Imóveis - 12 meses, renovável;
- Viaturas - 48 meses.

Quanto à forma de actualização das rendas verifica-se que:

- Imóveis, actualização à taxa legal;
- Viaturas, sem actualização ao longo do contrato.

A 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Outros activos em Locação Operacional	Pagamentos futuros mínimos em Locação Operacional não cancelável Euros '000	Pagamentos mínimos em Locação Euros '000
Até 1 ano	10	3
Entre 1 e 5 anos	39	13
	<u>49</u>	<u>16</u>

A 31 de Dezembro de 2013, os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Outros activos em Locação Operacional	Pagamentos futuros mínimos em Locação Operacional não cancelável Euros '000	Pagamentos mínimos em Locação Euros '000
Até 1 ano	29	10
Entre 1 e 5 anos	90	30
Total	<u>119</u>	<u>40</u>

10 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Activos Intangíveis		
Software	249	294
Outros activos tangíveis		
Equipamento:		
Mobiliário e material	8	10
Máquinas e ferramentas	-	1
Equipamento Informático	31	8
Instalações interiores	8	10
Equipamento de transporte	84	25
Equipamento de segurança	1	1
Activos em locação operacional	-	2 099
	132	2 154
	381	2 448

11 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Dotação do Exercício	25 323	10 999
Reversão do Exercício	(24 003)	(6 844)
Recuperação de crédito e de juros	(3 042)	(3 267)
	(1 722)	888

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas as NCAs, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

12 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do Exercício	5 282	1 306
Reversão do Exercício	(4 863)	(1 313)
	<u>419</u>	<u>(7)</u>
Outras provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do Exercício	10	130
Reversão do Exercício	(430)	(87)
	<u>(420)</u>	<u>43</u>
	<u>(1)</u>	<u>36</u>

13 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Dotação do Exercício	982	-
Reversão do Exercício	-	(4)
	<u>982</u>	<u>(4)</u>

14 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Caixa	<u>1</u>	<u>1</u>

15 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	3	7
Em instituições de crédito no estrangeiro	36	63
	<u>39</u>	<u>70</u>

16 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	<u>8</u>	<u>23</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>6 129</u>	<u>10 859</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a politica contabilística descrita na nota 1 c). Conforme a referida politica contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação		
Nível 2	8	23
	<u>8</u>	<u>23</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Nível 2	6 129	10 859
	<u>6 129</u>	<u>10 859</u>

O valor de balanço dos activos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2014, pode ser analisado como segue:

		2014						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	17 902	(523)	491	4 585	(2 762)	17 882	17 882
Swap de taxa de juro	Outros	200 000	(5 598)	4 223	-	-	-	-
		<u>217 902</u>	<u>(6 121)</u>	<u>4 714</u>	<u>4 585</u>	<u>(2 762)</u>	<u>17 882</u>	<u>17 882</u>

O valor de balanço dos activos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2013, pode ser analisado como segue:

		2013						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	17 902	(1 014)	127	7 346	(2 182)	17 882	17 882
Swap de taxa de juro	Outros	200 000	(9 822)	4 618	-	-	-	-
		<u>217 902</u>	<u>(10 836)</u>	<u>4 745</u>	<u>7 346</u>	<u>(2 182)</u>	<u>17 882</u>	<u>17 882</u>

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

2014					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Entre 3			Activo	Passivo
	Inferior a 3 meses	meses e 1 ano	Superior a 1 ano		
Contratos sobre taxa de juro					
Swap de taxa de juro	-	-	217 902	8	(6 129)
	-	-	217 902	8	(6 129)

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

2013					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Entre 3			Activo	Passivo
	Inferior a 3 meses	meses e 1 ano	Superior a 1 ano		
Contratos sobre taxa de juro					
Swap de taxa de juro	-	-	217 902	23	(10 859)
	-	-	217 902	23	(10 859)

17 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Títulos		
Emitidos por residentes		
De outros residentes - Adquiridos no âmbito de operações de titularização	123 432	98 532

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de Títulos emitidos por residentes - De outros residentes – Adquiridos no âmbito de operações de titularização, regista os títulos referentes à titularização Pelican Finance n.º 1 Classe A, B e C e apresentam uma maturidade superior a 5 anos.

A 31 de Dezembro de 2013 rubrica de títulos emitidos por residentes - De outros residentes – Adquiridos no âmbito de operações de titularização, regista os títulos referentes à titularização Aqua Finance n.º 3 Classe A, B e C e apresentam uma maturidade superior a 5 anos.

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou providers e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposta na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2.

18 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	8 579	7 604
Locação financeira	109 581	71 587
Outros créditos	23 215	20 111
A particulares		
Locação financeira	31 681	35 815
Consumo e outros créditos	135 548	129 707
	<u>308 604</u>	<u>264 824</u>
 Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	 2 261	 3 346
	<u> </u>	<u> </u>
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	1 258	676
Mais de 90 dias	33 851	32 840
	<u>35 109</u>	<u>33 516</u>
	<u>345 974</u>	<u>301 686</u>
 Imparidade para riscos de crédito	 (33 505)	 (32 102)
	<u>312 469</u>	<u>269 584</u>

No exercício de 2014, o Montepio Crédito procedeu à alteração da política contabilística no que respeita ao registo das operações de locação operacional. Consequentemente, o crédito em locação financeira passou a incluir o valor de 21.122 milhares de euros, relativos a contratos de locação operacional, de forma a aplicar-se “*lato sensu*” os preceitos da IAS 17.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade, tem a seguinte estrutura:

2014				
	Locação mobiliária	Aluguer de longa	Outras operações	Total
	Euros '000	duração	de crédito	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	4 399	234	9 006	13 639
De 3 meses a um ano	9 872	544	5 940	16 356
De 1 a 5 anos	110 847	2 964	85 460	199 271
Superior a 5 anos	12 995	408	68 196	81 599
Indeterminado	5 765	1 097	28 247	35 109
	143 878	5 247	196 849	345 974

2013				
	Locação mobiliária	Aluguer de longa	Outras operações	Total
	Euros '000	duração	de crédito	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	530	107	5 044	5 681
De 3 meses a um ano	1 234	144	5 522	6 900
De 1 a 5 anos	55 203	3 595	41 667	100 465
Superior a 5 anos	45 422	2 512	107 190	155 124
Indeterminado	4 715	904	27 897	33 516
	107 104	7 262	187 320	301 686

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Crédito concedido , por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2014					
Tipo cliente	Crédito	Leasing	ALD	Contas correntes	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Empresas	40 410	113 449	2 461	9 196	165 516
Particulares	147 243	30 429	2 786	-	180 458
	187 653	143 878	5 247	9 196	345 974

2013					
Tipo cliente	Crédito	Leasing	ALD	Contas correntes	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Empresas	23 085	72 633	3 442	8 118	107 278
Particulares	156 117	34 471	3 820	-	194 408
	179 202	107 104	7 262	8 118	301 686

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2014						
Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Leasing Euros '000	ALD Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	67	469	184	107	827
	3 - 6 m	37	55	-	-	92
	6 - 9 m	42	45	2	-	89
	9 - 12 m	70	234	27	-	331
	12 - 15 m	54	264	3	50	371
	15 - 18 m	76	222	-	-	298
	18 - 24 m	140	376	19	68	603
	24 - 30 m	132	743	119	16	1 010
	30 - 36 m	234	766	202	301	1 503
	36 - 48 m	543	890	79	75	1 587
	48 - 60 m	229	420	88	-	737
	> 60 m	1 349	186	157	-	1 692
		<u>2 973</u>	<u>4 670</u>	<u>880</u>	<u>617</u>	<u>9 140</u>
Particulares	< 3 meses	364	65	4	-	433
	3 - 6 m	121	25	6	-	152
	6 - 9 m	305	14	1	-	320
	9 - 12 m	344	62	-	-	406
	12 - 15 m	303	6	4	-	313
	15 - 18 m	536	32	-	-	568
	18 - 24 m	941	57	37	-	1 035
	24 - 30 m	735	159	10	-	904
	30 - 36 m	707	118	17	-	842
	36 - 48 m	2 063	230	27	-	2 320
	48 - 60 m	2 206	183	31	-	2 420
	> 60 m	16 032	144	80	-	16 256
		<u>24 657</u>	<u>1 095</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>25 969</u>
		<u>27 630</u>	<u>5 765</u>	<u>1 097</u>	<u>617</u>	<u>35 109</u>

2013						
Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Leasing Euros '000	ALD Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	44	133	8	51	236
	3 - 6 m	19	97	2	-	118
	6 - 9 m	19	163	-	4	186
	9 - 12 m	95	287	22	66	470
	12 - 15 m	113	177	115	16	421
	15 - 18 m	151	438	11	-	600
	18 - 24 m	397	838	186	302	1 723
	24 - 30 m	474	527	15	75	1 091
	30 - 36 m	373	421	66	-	860
	36 - 48 m	517	435	84	-	1 036
	48 - 60 m	352	161	35	-	548
	> 60 m	162	46	133	-	341
		2 716	3 723	677	514	7 630
Particulares	< 3 meses	360	66	10	-	436
	3 - 6 m	216	10	1	-	227
	6 - 9 m	307	39	-	-	346
	9 - 12 m	681	16	30	-	727
	12 - 15 m	845	74	11	-	930
	15 - 18 m	799	83	9	-	891
	18 - 24 m	1 899	119	20	-	2 038
	24 - 30 m	2 498	121	8	-	2 627
	30 - 36 m	2 943	101	15	-	3 059
	36 - 48 m	6 979	203	34	-	7 216
	48 - 60 m	4 347	94	56	-	4 497
	> 60 m	2 793	66	33	-	2 892
		24 667	992	227	-	25 886
		27 383	4 715	904	514	33 516

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	8 474	102 684	15 282	126 440
Juros Vincendos	(895)	(12 917)	(3 062)	(16 874)
Valores residuais	7 470	24 044	1 183	32 697
	15 049	113 811	13 403	142 263

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2013, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos	5 anos	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	860	67 669	61 199	129 728
Juros Vincendos	(55)	(18 507)	(19 113)	(37 675)
Valores residuais	1 186	8 933	5 230	15 349
	<u>1 991</u>	<u>58 095</u>	<u>47 316</u>	<u>107 402</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	32 102	28 254
Dotação do exercício	25 323	10 999
Reversão do exercício	(24 003)	(6 844)
Utilização de imparidade	(3)	(5)
Outros	86	(302)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>33 505</u>	<u>32 102</u>

Adicionalmente, o Montepio Crédito regista em 31 de Dezembro de 2014, Euros 3.807.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2013: Euros 3.388.000), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 27.

Em conformidade com a política do Montepio Crédito, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidas como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2014:

	Classes de Incumprimento					
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3	Total
	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Euros'000	anos	Euros'000
Crédito Vencido com Garantia	726	208	853	5 359	6 459	13 605
Imparidade existente	22	22	234	4 661	6 462	11 401
Crédito Vencido sem Garantia	413	56	297	2 161	18 578	21 505
Imparidade existente	9	15	198	2 168	18 580	20 970
Total de crédito vencido	1 139	264	1 150	7 520	25 037	35 110
Total de imparidade para crédito vencido	31	37	432	6 829	25 042	32 371
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	2	11	117	930	74	1 134
Total de imparidades para risco de crédito	33	48	549	7 759	25 116	33 505

A desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2013, por classes de incumprimento é a seguinte:

	Classes de Incumprimento					
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3	Total
	Euros '000	Euros'000	Euros'000	Euros'000	anos	Euros'000
Crédito Vencido com Garantia	444	232	1 066	7 012	4 729	13 483
Imparidade existente	11	23	266	5 957	4 729	10 986
Crédito Vencido sem Garantia	232	113	665	7 224	11 799	20 033
Imparidade existente	5	28	458	7 224	11 799	19 514
Total de crédito vencido	676	345	1 731	14 236	16 528	33 516
Total de imparidade para crédito vencido	16	51	724	13 181	16 528	30 500
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	3	19	114	609	857	1 602
Total de imparidades para risco de crédito	19	70	838	13 790	17 385	32 102

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	6 883	7 478
Crédito com outras garantias	5 495	6 388
Crédito sem garantias	21 127	18 236
	33 505	32 102

Em conformidade com a política contabilística 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados,

quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Crédito sem garantias	3	5
	<u>3</u>	<u>5</u>

19 Activos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Activos não correntes detidos para venda		
Sucursal Roménia - Unidade descontinuada	58	-
Equipamento Leasing	27	295
Equipamento ALD	16	1
	<u>101</u>	<u>296</u>
Passivos não correntes detidos para venda		
Sucursal Roménia - Unidade descontinuada	77	-
	<u>77</u>	<u>-</u>

No exercício de 2014, o Montepio Crédito decidiu proceder ao encerramento da sucursal da Roménia. Apesar do processo de encerramento ainda se encontrar em curso, é expectável que o mesmo fique concluído no exercício de 2015.

Desta forma, activos e passivos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 g), correspondendo aos activos e passivos da sucursal.

Esta rubrica contém ainda activos que correspondem aos veículos automóveis cuja opção de compra não foi exercida pelo cliente no final da vigência do contrato e a bens recuperados relativos à resolução de contratos por incumprimento.

Adicionalmente, é de referir que as viaturas ainda em carteira, estão disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, tendo o Montepio Crédito uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às

actuais condições de mercado, por vezes, não é possível, em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2014 e 2013, são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	296	33
Aquisições	2 309	3 269
Alienações	(2 852)	(2 832)
Outros movimentos	146	(174)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>(101)</u>	<u>296</u>

20 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Custos		
Equipamento		
Mobiliário e material	362	360
Máquinas e ferramentas	99	99
Equipamento informático	1 123	1 096
Instalações interiores	145	145
Equipamento de Transporte	496	285
Equipamento de segurança	22	22
Activos em locação operacional	-	23 984
Outros activos tangíveis	4	4
	<u>2 251</u>	<u>25 995</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	2 786	(1 378)
Relativas a exercícios anteriores	(4 566)	(3 188)
	<u>(1 780)</u>	<u>(4 566)</u>
	<u>471</u>	<u>21 429</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	360	2	-	-	362
Máquinas e ferramentas	99	-	-	-	99
Equipamento informático	1 096	45	(18)	-	1 123
Instalações interiores	145	-	-	-	145
Equipamento de transporte	285	238	(48)	21	496
Equipamento de segurança	22	-	-	-	22
Activos em locação operacional	23 984	-	-	(23 984)	-
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>25 995</u>	<u>285</u>	<u>(66)</u>	<u>(23 963)</u>	<u>2 251</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(337)	(8)	-	1	(344)
Máquinas e ferramentas	(100)	-	-	-	(100)
Equipamento informático	(1 026)	(31)	18	-	(1 039)
Instalações interiores	(120)	(8)	-	-	(128)
Equipamento de transporte	(97)	(84)	37	-	(144)
Equipamento de segurança	(20)	(1)	-	-	(21)
Activos em locação operacional	(2 862)	-	-	2 862	-
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(4 566)</u>	<u>(132)</u>	<u>55</u>	<u>2 863</u>	<u>(1 780)</u>
	<u>21 429</u>				<u>471</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	360	-	-	-	360
Máquinas e ferramentas	115	-	(16)	-	99
Equipamento informático	1 052	74	(30)	-	1 096
Instalações interiores	147	2	(4)	-	145
Equipamento de transporte	193	174	(82)	-	285
Equipamento de segurança	21	1	-	-	22
Activos em locação operacional	7 021	18 691	(1 728)	-	23 984
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>8 913</u>	<u>18 942</u>	<u>(1 860)</u>	<u>-</u>	<u>25 995</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(327)	(10)	-	-	(337)
Máquinas e ferramentas	(115)	(1)	16	-	(100)
Equipamento informático	(1 046)	(8)	29	-	(1 025)
Instalações interiores	(110)	(10)	-	-	(120)
Equipamento de transporte	(158)	(25)	82	4	(97)
Equipamento de segurança	(20)	(1)	-	-	(21)
Activos em locação operacional	(1 408)	(2 099)	645	-	(2 862)
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(3 188)</u>	<u>(2 154)</u>	<u>772</u>	<u>4</u>	<u>(4 566)</u>
	<u>5 725</u>				<u>21 429</u>

A rubrica de Regularizações / Transferências relativa a Activos em locação operacional está relacionada com a alteração da política contabilística efectuada, conforme descrita na nota 18.

21 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Custo		
Software	3 110	3 028
Activos intangíveis em curso	26	53
	<u>3 136</u>	<u>3 081</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(248)	(194)
Relativas a exercícios anteriores	(2 682)	(2 488)
	<u>(2 930)</u>	<u>(2 682)</u>
	<u>206</u>	<u>399</u>

A 31 de Dezembro de 2014, não foi determinada a necessidade de constituição de perdas por imparidade para estes activos.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 028	2	-	80	3 110
Activos intangíveis em curso	53	53	-	(80)	26
	<u>3 081</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 136</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(2 682)	(249)	-	1	(2 930)
	<u>399</u>				<u>206</u>

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 011	1	(104)	120	3 028
Activos intangíveis em curso	62	111	-	(120)	53
	<u>3 073</u>	<u>112</u>	<u>(104)</u>	<u>-</u>	<u>3 081</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(2 488)	(294)	100	-	(2 682)

22 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 s), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como se segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	2014 Euros '000	2013 Euros '000	2014 Euros '000	2013 Euros '000	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Outros activos tangíveis	10	23	-	-	10	23
Activos intangíveis	5	6	-	-	5	6
Provisões	1 255	915	-	-	1 255	915
Benefícios dos empregados - Outros	180	168	-	-	180	168
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	80	147	-	-	80	147
Prejuízos fiscais reportáveis	142	3 451	-	-	142	3 451
Benefícios fiscais	639	870	-	-	639	870
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>2 311</u>	<u>5 580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 311</u>	<u>5 580</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%, com impacto ao nível dos impostos diferidos apurados em 31 de Dezembro de 2014.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2014	2013
	%	%
Taxa de IRC (a)	21.0%	23.0%
Taxa de derrama municipal	1.5%	1.5%
Taxa de derrama estadual	5.0%	5.0%
Total (b)	<u>27.5%</u>	<u>29.5%</u>

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Montepio Crédito avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano geração prejuízo fiscal	Ano limite para a dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
		2014	2013
		Euros '000	Euros '000
2 010	2014	-	14 998
2 011	2015	648	678
		<u>648</u>	<u>15 676</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Saldo inicial	5 580	4 664
Reconhecido em resultados	(3 269)	916
Saldo final (Activo / (Passivo))	2 311	5 580

O imposto reconhecido em resultados e reservas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 teve as seguintes origens:

	2014	2013
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em resultados
	Euros '000	Euros '000
Outros activos tangíveis	(13)	(3)
Activos intangíveis	(1)	1
Provisões	340	70
Benefícios dos empregados - Fundo de pensões	12	41
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	(67)	(32)
Benefícios dos empregados - Outros	-	18
CFEI	(231)	(870)
Prejuízos fiscais reportáveis	(3 309)	(140)
Imposto Diferido	(3 269)	(915)
Impostos Correntes	(276)	335
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(3 545)	(580)

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2014		2013	
	Euros '000		Euros '000	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos		4 390		381
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		173		127
Resultados antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		4 563		508
Taxa de imposto	23,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		1 141		84
Custos não dedutíveis	35,5	1 621	158,9	807
Receitas isentas de imposto	(39,1)	(1 783)	(97,4)	(495)
Prejuízo fiscal utilizado	(15,0)	(685)	-	-
Tributações autónomas e outros impactos	(0,4)	(18)	(12,0)	(61)
Impacto da constituição do imposto diferido	71,6	3 269	(180,1)	(915)
Imposto período		<u>3 545</u>		<u>(580)</u>

O Montepio Crédito reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

23 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Devedores e outras aplicações vencidas	28	3
Devedores e outras aplicações:		
Sector Público Administrativo	5 011	5 651
Instituto Gestão Financeira Patrimonial Justiça	164	192
Clientes – valores de IVA	2 256	1 744
Devedores diversos	1 833	2 272
Outros rendimentos a receber	332	462
Despesas com encargo diferido:		
Contribuições para fundo de pensões e outros benefícios	19	38
Outras despesas com encargo diferido	172	323
Valor dos activos do fundo de pensões líquido de responsabilidades	573	1 445
Comissões por serviços prestados	241	443
Outras contas de regularização:		
Pelican 1 – <i>Revolving</i> /Amortizações	3 039	-
Pelican 1 – Rendimentos/Pagamentos	1 042	-
Outras	465	311
Aqua 3 – <i>Revolving</i> /Amortizações	-	3 272
Aqua 3 – Rendimentos/Pagamentos	-	664
Aqua 3 – Cobranças	-	1 266
	<u>15 175</u>	<u>18 086</u>
Imparidade para outros activos	(982)	-
	<u>14 193</u>	<u>18 086</u>

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros Activos inclui o valor de Euros 573.000 (31 de Dezembro 2013: Euros 1.445.000) relativo aos activos líquidos reconhecidos em Balanço e que representam a diferença entre os activos e as responsabilidades em pensões, benefícios de saúde e outros, conforme nota 35.

Contingências e processos judiciais

Na sequência da inspeção fiscal realizada ao ano de 2005, o Montepio Crédito foi confrontado com uma interpretação diversa, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no que se refere ao apuramento da percentagem do pro rata definitivo do IVA. Esta interpretação origina que as operações de Leasing e de Aluguer de Longa Duração, sejam divididas por componentes, amortização financeira e juros, desconsiderando a primeira destas do numerador da fração prevista para o apuramento da referida percentagem. O Montepio Crédito entende, fundamentada em pareceres jurídicos e fiscais e na realidade das legislações vigentes nos restantes países da União Europeia nesta matéria, as quais respeitam o princípio da neutralidade do IVA, que uma instituição financeira com atividades mistas deverá incluir nos numeradores dos respetivos pro rata de dedução os montantes totais das rendas de locação financeira.

Neste contexto, foi interposta impugnação judicial da correspondente liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, com pedido de reenvio pré-judicial para o Tribunal de Justiça das Comunidades, atendendo ao facto de o imposto em causa se tratar de um imposto harmonizado sujeito à legislação comunitária e de a administração tributária, no entender do Montepio Crédito, estar a violar não apenas o Código do IVA, mas também as Diretivas Comunitárias nesta matéria.

Em 2013 o Montepio Crédito procedeu à regularização das dívidas fiscais ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais (RERD).

O detalhe da rubrica Devedores e outras aplicações – Sector Público Administrativo é o seguinte:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
IVA a recuperar		
Reporte de imposto	583	1 540
Reembolsos pedidos	967	700
IUC a recuperar	50	-
RERD		
IUC 2008/2009/2010/2011/2012	210	210
IVA 1999	11	11
IVA 2002	5	5
IVA 2005	717	717
IVA 2006	712	712
IVA 2010	129	129
IVA 2009/2011	313	313
IRC 1997/1998/1999	232	232
IRC 2002	67	67
IRC 2003	130	130
IRC 2005	610	610
IRC 2006	250	250
IRC 2009	25	25
	5 011	5 651

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	-	119
Dotação do exercício	982	-
Reversão do exercício	-	(4)
Outros	-	(115)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>982</u>	<u>-</u>

24 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014			2013		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Descobertos em depósitos à ordem:						
Em Instituições da CEMG	-	693	693	-	365	365
Empréstimos:						
Em Instituições da CEMG						
Contas Caucionadas	-	175 114	175 114	-	171 032	171 032
Linha BEI	-	25 049	25 049	-	-	-
Contrato alienação fiduciária	-	72 003	72 003	-	44 500	44 500
	<u>-</u>	<u>272 859</u>	<u>272 859</u>	<u>-</u>	<u>215 897</u>	<u>215 897</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	72 981	142 822
3 meses até 6 meses	199 878	73 075
	<u>272 859</u>	<u>215 897</u>

25 Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Papel Comercial	-	40 924
	-	40 924

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na nota 34.

26 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Pelican Finance nº 1	117 532	-
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Aqua Finance nº 3	-	92 322
	117 532	92 322

27 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	3 807	3 388
Provisões para outros riscos e encargos	10	1 005
	3 817	4 393

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	3 388	3 396
Dotação do exercício	5 282	1 306
Reversão do exercício	(4 863)	(1 313)
Outros	-	(1)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>3 807</u>	<u>3 388</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1 005	962
Dotação do exercício	10	130
Reversão do exercício	(430)	(87)
Utilizações	(490)	-
Transferências	(85)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>10</u>	<u>1 005</u>

28 Outros passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Valor da emissão	17 902	17 902
Readquiridos	(20)	(20)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(4 585)	(7 346)
	<u>13 297</u>	<u>10 536</u>

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2014 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	13 297

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2013 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	10 536

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentado na nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o empréstimo subordinado vencia juros semestrais postecipados, sendo as taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,5% e 5,00%.

Referências:

- A remuneração é paga semestralmente. Os 4 primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):
 $n/N * (\text{Euribor a 6 meses} + 0,90\%)$, onde
n é o número de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o número de dias úteis do período respectivo
Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2014

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1.º semestre	29-Mai-08	5%	-
2.º semestre	29-Nov-08	5%	-
3.º semestre	29-Mai-09	5%	-
4.º semestre	29-Nov-09	5%	-
5.º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6.º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7.º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8.º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9.º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]
10.º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11.º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12.º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13.º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14.º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15.º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16.º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17.º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18.º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19.º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20.º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página Euribor01 Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5.º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

29 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Credores e outros recursos		
Cauções - Aluguer Longa Duração	1 325	1 627
Fornecedores	8 590	6 343
Credores por vendas a crédito	593	642
Montepio Holding	1 291	1 025
Outros credores	48	695
Sector Público Administrativo	287	314
Contribuições para outros sistemas de saúde	21	22
Sindicatos	4	4
	<u>12 159</u>	<u>10 672</u>
Encargos a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	977	1 362
Campanhas de publicidade	-	74
Rappel	-	256
Outros encargos a pagar	131	84
	<u>1 108</u>	<u>1 776</u>
Operações a regularizar		
Aqua finance nº3 - Cobranças	-	2 256
Pelican finance nº1 - Cobranças	1 464	-
Comissões - a aguardar facturação	941	384
Prémios de seguros - a aguardar facturação	361	535
Outros	72	139
	<u>2 838</u>	<u>3 314</u>
	<u>16 105</u>	<u>15 762</u>

30 Capital

O capital social do Montepio Crédito no montante de Euros 30.000.000 integralmente realizado, através da emissão de 30.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de Euros 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Montepio Holding, S.G.P.S. S.A. detém 100% das acções representativas do capital social do Montepio Crédito.

31 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Montepio Crédito deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 32.

32 Prémios de emissão, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Prémios de emissão	<u>1 498</u>	<u>1 498</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	1 872	1 776
Reserva estatutária e outras reservas	727	727
Resultados transitados	(11 527)	(11 655)
	<u>(8 928)</u>	<u>(9 152)</u>

33 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	81 000	51 855
Garantias e avales recebidos	-	2 756
Operações cambiais e instrumentos financeiros	217 902	217 902
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	116 043	117 657
Juros vencidos	1 287	2 789
Despesas de crédito vencido	2 041	1 713
Dívidas em contencioso	46 629	45 363
	464 902	440 035

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Montepio Crédito.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Montepio Crédito na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

34 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de pricing do Montepio Crédito.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Crédito.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os Recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa média de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é de 0,18% (2013: 0,64%).

Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Montepio Crédito em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do exercício).

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (Black-Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

– *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

– *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados “ao balcão”, aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– *Crédito a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Montepio Crédito para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do exercício) e o spread praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2014. A taxa média de desconto foi de 3,89% (2013: 5,47%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas forward implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

– *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Montepio Crédito para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do exercício) e o spread do Montepio Crédito à data de

reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2014. A taxa média de desconto foi de 1,37% (2013: 1,91%).

– *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra reflectido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Montepio Crédito adopta contabilisticamente uma política de hedge-accounting, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Montepio Crédito.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de swaps de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (spread de crédito) é representado por um excesso à curva de swaps de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2014, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Montepio Crédito:

	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	-0,0150%	0,1700%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
7 dias	-0,0150%	0,1980%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
1 mês	0,0180%	0,3100%	0,5250%	-0,2000%	-0,0200%
2 meses	0,0440%	0,3750%	0,5600%	-0,2200%	-0,0200%
3 meses	0,0780%	0,1900%	0,6000%	-0,2400%	0,0450%
6 meses	0,1710%	0,5000%	0,6750%	-0,0200%	0,0650%
9 meses	0,2450%	0,6000%	0,8700%	-0,0200%	0,1100%
1 ano	0,3250%	0,8200%	0,9250%	-0,0300%	0,1450%
2 anos	0,1770%	0,8930%	0,9280%	-0,0960%	0,1449%
3 anos	0,2240%	1,2930%	1,1340%	-0,0590%	0,1449%
5 anos	0,3600%	1,7880%	1,4410%	0,0720%	0,1449%
7 anos	0,5320%	2,0640%	1,6390%	0,2470%	0,1449%
10 anos	0,8195%	2,3060%	1,8360%	0,5140%	0,1449%
15 anos	1,1528%	2,5280%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
20 anos	1,3268%	2,6070%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
30 anos	1,4718%	2,6830%	2,0630%	0,7720%	0,1449%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2013, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Montepio Crédito:

	Moedas				
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	0,223%	0,080%	0,410%	-0,050%	0,078%
7 dias	0,188%	0,129%	0,410%	-0,095%	0,089%
1 mês	0,216%	0,160%	0,410%	-0,075%	0,100%
2 meses	0,255%	0,210%	0,470%	-0,050%	0,040%
3 meses	0,287%	0,330%	0,520%	-0,040%	0,060%
6 meses	0,389%	0,410%	0,735%	0,040%	0,140%
9 meses	0,480%	0,450%	0,810%	0,110%	0,230%
1 ano	0,556%	0,580%	0,950%	0,180%	0,280%
2 anos	0,544%	0,487%	1,031%	0,156%	0,209%
3 anos	0,772%	0,868%	1,444%	0,294%	0,242%
5 anos	1,260%	1,775%	2,148%	0,751%	0,385%
7 anos	1,682%	2,468%	2,592%	1,182%	0,594%
10 anos	2,155%	3,086%	3,006%	1,635%	0,910%
15 anos	2,588%	3,580%	3,332%	2,015%	1,359%
20 anos	2,714%	3,756%	3,332%	2,015%	1,359%
30 anos	2,731%	3,886%	3,332%	2,015%	1,359%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the Money) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	2014	2013	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2141	1,3791	9,650	9,450	9,175	9,025	9,012
EUR/GBP	0,7789	0,8337	7,825	7,850	8,450	8,325	8,250
EUR/CHF	1,2024	1,2276	3,250	3,700	4,050	4,200	4,425
EUR/JPY	145,23	144,72	10,825	10,775	11,050	11,125	11,125

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Montepio Crédito contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é apresentada como segue:

	2014				
	Designado ao justo valor através de resultados Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	39	39	39
Crédito a clientes	-	-	312 469	312 469	319 415
Activos financeiros disponíveis para venda	-	123 432	-	123 432	123 432
Activos financeiros detidos para negociação	8	-	-	8	8
	<u>8</u>	<u>123 432</u>	<u>312 509</u>	<u>435 949</u>	<u>442 895</u>
Passivos financeiros:					
Passivos financeiros detidos para negociação	6 129	-	-	6 129	6 129
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	272 859	272 859	272 859
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	40 924
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	117 532	117 532	117 532
Outros passivos subordinados	13 297	-	-	13 297	13 297
	<u>19 426</u>	<u>-</u>	<u>390 391</u>	<u>409 817</u>	<u>450 741</u>

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2014

	2013				
	Designado ao justo valor através de resultados Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	70	70	70
Crédito a clientes	-	-	269 584	269 584	274 731
Activos financeiros disponíveis para venda	-	98 532	-	98 532	98 532
Activos financeiros detidos para negociação	23	-	-	23	23
	<u>23</u>	<u>98 532</u>	<u>269 655</u>	<u>368 210</u>	<u>373 357</u>
Passivos financeiros:					
Passivos financeiros detidos para negociação	10 859	-	-	10 859	10 859
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	215 897	215 897	215 897
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	40 924	40 924	40 924
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	92 322	92 322	92 322
Outros passivos subordinados	10 536	-	-	10 536	10 536
	<u>21 395</u>	<u>-</u>	<u>349 143</u>	<u>370 538</u>	<u>370 538</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2014:

	2014			
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	Valor contabilístico Euros'000
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	39	-	-	39
Crédito a clientes	-	-	312 469	312 469
Activos financeiros detidos para negociação	-	8	-	8
Activos financeiros disponíveis para venda	123 432	-	-	123 432
	<u>123 472</u>	<u>8</u>	<u>312 469</u>	<u>435 949</u>
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	272 859	-	-	272 859
Passivos financeiros associados a activos transferidos	117 532	-	-	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6 129	-	6 129
Outros passivos subordinados	-	13 298	-	13 298
	<u>390 391</u>	<u>19 427</u>	<u>-</u>	<u>409 818</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2013:

	2013			Valor contabilístico Euros'000
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	70	-	-	70
Crédito a clientes	-	-	290 893	290 893
Activos financeiros detidos para negociação	-	23	-	23
Activos financeiros disponíveis para venda	98 532	-	-	98 532
	<u>98 603</u>	<u>23</u>	<u>290 893</u>	<u>389 519</u>
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	215 897	-	-	215 897
Responsabilidades representadas por títulos	40 924	-	-	40 924
Passivos financeiros associados a activos transferidos	92 322	-	-	92 322
Passivos financeiros detidos para negociação	-	10 859	-	10 859
Outros passivos subordinados	-	10 536	-	10 536
	<u>349 143</u>	<u>21 395</u>	<u>-</u>	<u>370 538</u>

O Montepio Crédito utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directo (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Crédito considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;

- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

35 Benefícios dos empregados

O Montepio Crédito assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2014	2013	2014	2013
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	0.75%	1.50%	1.40%	1.50%
Taxa de crescimento das pensões	0.05%	0.50%	0.07%	-
Taxas de rendimento do fundo	2.50%	4.00%	7.90%	4.45%
Taxa de desconto	2.50%	4.00%	-	-
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90		
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial	UCP	UCP		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2014	2013
Activos	118	125
Reformados e sobreviventes	2	1
	<u>120</u>	<u>126</u>

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme explicado na política contabilística descrita na nota 1 r) a aplicação do IAS 19 – Benefícios dos empregados, traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(246)	(37)
Activos	(7 077)	(5 891)
	<u>(7 323)</u>	<u>(5 928)</u>
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(33)	(19)
Activos	(510)	(397)
	<u>(543)</u>	<u>(416)</u>
Responsabilidades com subsídio por morte		
Pensionistas	(2)	(1)
Activos	(18)	(12)
	<u>(20)</u>	<u>(13)</u>
Total das responsabilidades	<u>(7 886)</u>	<u>(6 357)</u>
Coberturas		
Saldo do Fundo	<u>8 459</u>	<u>7 802</u>
Activos líquidos em Balanço (ver nota 23)	<u>573</u>	<u>1 445</u>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>1 362</u>	<u>2 080</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r), o Montepio Crédito procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e outros e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r) e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é analisada como segue:

	2014				2013			
	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000
Responsabilidades no início do exercício	5 928	416	13	6 357	4 743	326	20	5 089
Custo do serviço corrente	216	34	1	251	387	29	2	418
Custo dos juros	237	17	1	255	213	15	1	229
(Ganhos) e perdas actuariais								
- Alterações de pressupostos e condições dos planos	1 298	105	7	1 410	797	51	(17)	831
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(354)	(29)	(2)	(385)	(212)	(5)	7	(210)
Pensões pagas pelo fundo	(2)	-	-	(2)				
Responsabilidades no final do exercício	7 323	543	20	7 886	5 928	416	13	6 357

De referir que o fundo de pensões é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Saldos dos fundos no início do exercício	7 802	7 493
Rendimento real do fundo	620	269
Contribuições dos empregados	39	40
Pensões pagas pelo fundo	(2)	-
Saldos dos fundos no fim do exercício	8 459	7 802

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Acções	1 184	716
Obrigações	5 845	1 902
Imóveis	567	591
Outros	863	4 593
	8 459	7 802

Não existem activos de fundo de pensões utilizados pela sociedade ou representativos de títulos emitidos pela sociedade.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Desvios actuariais no início do exercício	2 080	2 788
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos e condições dos planos	(1 410)	(850)
- (Ganhos) e perdas de experiência	692	142
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>1 362</u>	<u>2 080</u>

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Saldo no início do exercício	38	209
Amortização por reservas	(19)	(171)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>19</u>	<u>38</u>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Custo do serviço corrente	251	418
Custo dos juros	254	229
Rendimento esperado do fundo	(312)	(337)
Contribuições dos empregados	(39)	(40)
Alteração do subsídio de morte	-	(19)
Custos com pessoal	<u>154</u>	<u>251</u>

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 como segue:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
No início do exercício	1 445	2 404
Custo do exercício	(193)	(310)
(Ganhos) e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(718)	(689)
Contribuições efectuadas no período	39	40
No final do exercício	<u>573</u>	<u>1 445</u>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	2014	2013	2012	2011	2010
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Responsabilidades	7 886	6 357	5 089	3 695	5 604
Saldos dos fundos	8 457	7 802	7 493	6 474	6 490
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	573	1 445	2 404	2 779	886
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(1 025)	621	(1 394)	1 910	162
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	309	68	(1 019)	16	(318)

36 Transacções com partes relacionadas

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Accionistas:

Montepio Holding, SGPS S.A.

Membros do conselho de Administração:

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís
Fernando Paulo Pereira Magalhães
Pedro Miguel Almeida Alves Ribeiro
Pedro Jorge Gouveia Alves
Manuel de Pinho Baptista

Outras partes relacionadas:

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I)
Banco Terra, S.A.
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral
Carteira Imobiliária – FEIIA
Clínica CUF Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Finipredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões Montepio
Fundo de Pensões Viva
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA – Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Café – S.G.P.S., S.A.
Leacock, Lda
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lykeion – Centro de Conhecimento Unipessoal, Lda
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, SARL
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.
Montepio Arrendamento – FIIAH
Montepio Arrendamento II – FIIAH
Montepio Arrendamento III – FIIAH
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A. (a)
Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser – Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, S.L.
Nova Câmbios, S.A.
OBOL Invest
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Pinto & Bulhosa, S.A.
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
SIBS – SGPS, S.A.
Silvip, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

(a) A empresa foi alienada a entidades terceiras em 2014/10/30.

Em 31 de Dezembro de 2014, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Outros activos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2014								Total Euros '000
	Disponibilidades em outras instituições de crédito Euros '000	Activos financeiros detidos para negociação Euros '000	Outros Activos Euros '000	Recursos de outras instituições de crédito Euros '000	Responsabilidades Representadas por títulos Euros '000	Passivos financeiros detidos para negociação Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Outros passivos Euros '000	
Caixa Económica Montepio Geral	-	2	446	272 859	-	-	-	4	273 311
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1 291	1 291
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	-	1	-	-	-	-	29	30
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	-	40	-	-	-	-	2	42
	-	2	487	272 859	-	-	-	1 326	274 674

Em 31 de Dezembro de 2013, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras

instituições de crédito, Outros activos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2013								
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Outros Activos	Recursos de outras instituições de crédito	Responsabilidades Representadas por títulos	Passivos financeiros detidos para negociação	Outros passivos subordinados	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	-	23	123	215 897	40 924	10 859	10 536	5	278 367
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1 025	1 025
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	29	29
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	-	196	-	-	-	-	7	203
	-	23	319	215 897	40 924	10 859	10 536	1 066	279 624

Em 31 de Dezembro de 2014, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2014				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	311	493	(6 566)	(174)	(5 936)
Montepio Geral Associação Mutualista	7	7	-	(44)	(30)
Montepio Investimento, S. A.	1	1	-	-	2
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	10	9	-	-	19
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(168)	(168)
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	5	329	-	(2)	332
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	1	112	-	-	113
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	12	63	-	-	75
	<u>347</u>	<u>1 014</u>	<u>(6 566)</u>	<u>(388)</u>	<u>(5 593)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2013				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	423	5 817	(13 847)	(272)	(7 879)
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	26	-	-	26
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(167)	(167)
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	292	-	-	292
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	104	-	-	104
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	1	-	(1)	-
	<u>423</u>	<u>6 240</u>	<u>(13 847)</u>	<u>(440)</u>	<u>(7 624)</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 8.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões do Montepio Crédito.

37 Securitização de activos

Em 1 de Março de 2014, o Montepio Crédito efectuou a “*clean-up call*” da operação de titularização “*Aqua Finance No 3*”.

A 31 de Dezembro de 2014, existe uma operação de titularização.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessa operação de titularização.

Em 7 de Maio de 2014, o Montepio Crédito e a Caixa Económica Montepio Geral celebraram com a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de cedência de créditos ao consumo por si originados no âmbito de uma operação de titularização de créditos (*Pelican Finance No. 1*). O prazo total da operação é de 14 anos, com *revolving period* de 18 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 294.000 milhares de Euros (sendo o limite do Montepio Crédito de 117 500 milhares de euros). A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial apresentado 0,1871% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é o Montepio Crédito, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos.

Em conformidade com a IFRS 1, todas as operações realizadas após 1 de Janeiro de 2004 terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2014, as operações de titularização efectuadas pelo Montepio Crédito são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
<i>Pelican Finance</i> n.º 1	Maio de 2014	Euro	Crédito ao consumo, crédito automóvel	117 500

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2014, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros '000	Valor nominal actual Euros '000	Interesse retido pelo Montepio Crédito (valor nominal) Euros '000	Data de reembolso	Rating das obrigações	
						Fitch	DBRS
<i>Pelican Finance</i> n.º 1	<i>Class A</i>	81 100	81 100	81 000	2028	Asf	Asf
	<i>Class B</i>	36 400	36 400	36 400	2028	-	-

38 Gestão de riscos

O Montepio Crédito mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, conforme métodos de cálculo internos, efectuados em função do perfil do cliente.

Não são permitidas operações que exijam níveis de alocação de capitais superiores aos determinados, razão pela qual, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o accionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: de crédito, de mercado (nas suas componentes taxa de juro, cambial, cotações e índices), de liquidez e operacional.

No plano regulamentar de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 de 15 de Fevereiro do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos de níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

A nova regulamentação impõe às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, certificados e que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

Principais Tipos de Risco

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do Montepio Crédito.

A análise do risco de crédito assenta na avaliação do cliente, conjugada com o produto, as garantias, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente uma decisão fundamentada que pondere, de forma equilibrada, os diversos factores do negócio.

Como ferramenta de apoio à decisão, o Montepio Crédito dispõe de um sistema de “Credit Scoring”. Esta ferramenta consiste na aplicação de técnicas estatísticas que procuram medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento.

A Direcção de Controlo de Crédito tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vencido e vincendo. Compete a esta Direcção, o estudo dos clientes da carteira, identificando antecipadamente aqueles que apresentem uma probabilidade elevada de incumprimento das suas responsabilidades, prevenindo situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, tipifica e acompanha o nível de gravidade de incumprimento dos clientes.

Estão disponíveis sistemas de alerta, destinados à estrutura comercial, sobre situações atípicas existentes nos diversos pontos de venda, de forma a determinar aqueles que, pelos clientes angariados ou pelas práticas utilizadas, representam maior risco na concessão de crédito.

Para fazer face aos riscos de crédito são constituídas provisões de acordo com o estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. Em caso de necessidade constituir-se-ão provisões extraordinárias em conformidade com o risco a cobrir.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Crédito ao risco de crédito:

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	39	70
Crédito a clientes	312 469	269 584
Activos financeiros detidos para negociação	8	23
Activos financeiros disponíveis para venda	123 432	98 532
Outros activos	2 194	2 737
Garantias e avales prestados	81 000	51 855
	<u>519 142</u>	<u>422 801</u>

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de perdas nas posições patrimoniais e extra-patrimoniais decorrentes de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios, cotações e índices).

O Montepio Crédito está apenas exposta ao risco de taxa de juro.

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial, originada por eventual incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas contrapartes) e de risco de mercado (máxima perda potencial, originada pela alteração de valor de um instrumento financeiro, em resultado de variações de taxas de juros, de taxas de câmbio ou de cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, normalmente em termos líquidos. Embora constituam a medida de volume mais usual neste tipo de mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado, relacionados com as respectivas operações. Para derivados de taxa de juros ou de taxa de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os Swaps de taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura, quer a operações de negociação, relativas a uma troca de juros inerentes a um conjunto de fluxos financeiros, expressos na mesma moeda, mas onde não se verifica a troca da componente de capital que está sujeita a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como estando ao justo valor através de resultados (“fair value option”).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face ao cumprimento de compromissos assumidos, por indisponibilidade, ou dificuldades de obtenção de fundos líquidos nos mercados monetários.

O risco de liquidez do Montepio Crédito é controlável, devido aos seguintes aspectos:

- não recepção de depósitos;
- previsão dos fluxos de entrada das rendas a cobrar aos clientes;
- limitação da concessão de crédito.

Para fazer face às necessidades de financiamento da actividade, decorrente da concessão de crédito, tem-se optado pela titularização de activos e pelo recurso ao financiamento directo no sistema bancário, com particular incidência no Montepio.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas informáticos, dos procedimentos instituídos e adoptados, de erros dos recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

O Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de captura de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que classifica e quantifica esses mesmos eventos. É emitido periodicamente um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos existentes.

Existe um report mensal para a Caixa Económica Montepio Geral que integra a informação do Montepio Crédito na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (GIRO).

Esta ferramenta está disponível na Intranet e é utilizada para efeitos de:

- Elaboração de mapa de actividades, risco e controlos, de periodicidade anual;
- Realização da autoavaliação e validação da mesma que consiste em, identificar a exposição potencial ao risco operacional, o seu perfil de risco e priorizar eventuais ações de mitigação em função dos riscos e controlos identificados;
- Utilização de KRI's com o objectivo de antecipar a ocorrência de perdas e permitir actuações preventivas.

Risco taxa de Juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Montepio Crédito calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements ("BIS") classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

	2014				
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	148 537	4 244	6 038	103 911	39 286
Fora de balanço	200 000	-	-	17 902	-
Total	348 537	4 244	6 038	121 813	39 286
Passivo	246 176	25 000	-	-	-
Fora de balanço	-	17 902	200 000	-	-
Total	246 176	42 902	200 000	-	-
GAP (Activos - Passivos)	102 361	(38 658)	(193 962)	121 813	39 286

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2014, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 388.547.

	2013				
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	129 448	4 202	5 665	103 303	38 735
Fora de balanço	200 000	-	-	17 902	-
Total	329 448	4 202	5 665	121 205	38 735
Passivo	63 000	79 000	-	101 042	-
Fora de balanço	-	17 902	-	200 000	-
Total	63 000	96 902	-	301 042	-
GAP (Activos - Passivos)	266 448	(92 700)	5 665	(179 837)	38 735

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2013, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 1.472.000.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Montepio Crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	2014			2013		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	306 168	8%	22 875	299 364	8%	22 518
Disponibilidades	102	-	-	471	-	-
Carteira de Títulos	99 074	-	-	127 317	-	-
Aplicações interbancárias	-	-	-	7	-	-
Total Aplicações	405 344		22 875	427 159		22 518
Recursos						
Outros recursos	261 498	3%	6 566	242 663	6%	13 847
Swaps	-	-	5 536	-	-	4 152
Total Recursos	261 498		12 102	242 663		17 999

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Montepio Crédito está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos activos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas

instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios do Montepio Crédito dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou Common Equity Tier 1 (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou Tier 1 (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou Tier 2 (T2), com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou Common Equity Tier 1 (CET1):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a goodwill apurado, outros activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o activo e as responsabilidades do fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os activos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos activos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos correspondentes níveis de capital detidos. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos cativos por impostos diferidos e desvio actuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% ao ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adopção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.

- **Fundos Próprios de Nível 1 ou Tier 1 (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

- **Fundos Próprios de Nível 2 ou Tier 2 (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por Phasing-in. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por Full Implementation. Actualmente encontra-se em vigor o processo Phasing-in, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é reflectida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio

de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2014 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

	2014	2013
	Euros '000	Euros '000
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	30 000	30 000
Prémios de emissão	-	1 498
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	(7 927)	(15 491)
Outros ajustamentos regulamentares	(3 271)	(412)
	<u>18 802</u>	<u>15 595</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de Capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>18 802</u>	<u>15 595</u>
Capital Tier 2		
<i>Empréstimos Subordinados</i>	10 712	7 798
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>10 712</u>	<u>7 798</u>
Fundos próprios totais	<u>29 514</u>	<u>23 393</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	19 372	18 469
Risco operacional	1 381	2 391
Outros requisitos	379	-
	<u>21 132</u>	<u>20 860</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Common Equity Tier 1	7.1%	6.0%
Rácio <i>Tier 1</i>	7.1%	6.0%
Rácio de Capital Total	11.2%	9.0%

Os valores referentes a 31 de Dezembro de 2014 foram calculados de acordo com as normas prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2014.

39 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Crédito aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Montepio Crédito analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Montepio Crédito.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“clearing counterparty”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de Junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (“Levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Montepio Crédito.

O Montepio Crédito decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O Parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios se aplica a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Montepio Crédito

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso

seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39. Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

O Montepio Crédito iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades do Montepio Crédito, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Montepio Crédito.

IFRS 15 - Rébito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rébito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rébito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rébito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rébito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rébito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rébito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Crédito não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Montepio Crédito ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas separadas.

40 Eventos subsequentes

Decorrente da sua actividade, o Montepio Crédito veio constituindo ao longo dos anos uma carteira de crédito em incumprimento, totalmente provisionada e registada nas suas contas extrapatrimoniais.

Com a significativa redução de taxas de juro nos mercados internacionais ocorrida no ano de 2014, e concretamente na sua segunda metade, o Conselho de Administração sentiu apetência pelos investidores na diversificação de risco e, concretamente para a aquisição deste tipo de ativos. Neste sentido, decidiu-se por alienar esta carteira de crédito aproveitando a «janela de oportunidade», configurando uma operação de titularização.

A operação denomina-se Aqua NPL n.º 1 e envolveu a venda de 160 milhões de euros, correspondente a dividas existentes em 20160 contratos . O montante das dívidas correspondia a 94,1 milhões de euros de capital e a 65,9 milhões de euros de juros, encargos e demais despesas devidas contratualmente pelos clientes.

A operação foi decidida no segundo semestre de 2014, tendo-se iniciado o processo no mês de novembro e finalizado, com a liquidação financeira, no dia 5 de março de 2015. Foram emitidos 14,3 milhões de euros de títulos, o que corresponde a 8,94% do total das dívidas vendidas e 15,2%, relativamente à proporção da parte de capital que as incorporava.

O encaixe financeiro registado em março de 2015 foi de 12,7 milhões de euros, o que provocará um impacto direto nas contas de resultados do exercício de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas do

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas e sem ênfases**, decorrente do exame realizado, que para os devidos efeitos consideramos aqui reproduzida.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 4 de Maio de 2015

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)